

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC - 2024 A 2026
2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA
II ETAPA

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA**
2 **II ETAPA.** Ao 7º (sétimo) dia do mês de Novembro, do ano de 2024 às 10h,
3 reuniram-se, de forma presencial e virtual, na sala do Conselho Estadual de
4 Cultura - CONEC, no Centro Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo
5 Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme mensagem enviada
6 via **WhatsApp** no dia 06 de Novembro de 2024. Declarou aberta a 2ª Reunião
7 da Delegação de Apoio a PEC, conduzida pelo Conselho Estadual de Cultura -
8 CONEC. Em virtude dos poderes investidos pela lei nº 5.417 de 17 de março de
9 2021. Em face da ausência justificada do presidente **CANDIDO JEREMIAS**
10 **CUMARÚ NETO** e do vice-presidente **LUIZ CARLOS DE MATOS BONATES**,
11 assumiu a condução da reunião o assessor jurídico **SÉRGIO RICARDO MOTA**
12 **CRUZ**. Ele explicou que foi disponibilizada a planilha chamada "matriz geral de
13 elaboração do plano estadual de cultura" tanto para os participantes virtuais
14 quanto para os presenciais. Essa matriz é composta por colunas que abrangem
15 os seguintes tópicos: proposta, desafios/oportunidade, objetivos, diretrizes,
16 estratégias, ações, metas e indicadores. Descreveu a função da matriz,
17 indicando que os conselheiros e delegados podem preenchê-la de acordo com
18 os objetivos que identificarem nas propostas. Ressaltou que as colunas iniciais,
19 como "proposta" e "desafios/oportunidade", são mais fáceis de preencher,
20 enquanto as colunas finais "estratégias", "ações", "metas" e "indicadores" –
21 exigem mais especificidade. Ele destacou que, na sessão da manhã, o foco será
22 no eixo 1, proposta 1, referente ao cadastro estadual de cultura. Sérgio
23 esclareceu que o ponto focal dessa proposta está especificado no item 1.1 do
24 documento das propostas revisadas para análise da sociedade. Ao falar sobre o
25 cadastro estadual de cultura, deve-se observar as limitações impostas pela Lei
26 Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ele pontuou que, no Plano Nacional de
27 Cultura, existe uma situação similar, onde o acesso a dados é delimitado, com
28 especificação sobre quais dados podem ser acessados. Sérgio explicou que
29 essa limitação se aplicaria aos dados dos artistas no cadastro estadual de
30 cultura, restringindo o acesso a informações como o nome da pessoa, atividade
31 associada ao nome, e dados de contato como e-mail e telefone. Esses dados só
32 podem ser acessados mediante um requerimento específico ao SEC, que é o
33 gestor desse cadastro. Ele exemplificou com a situação de um evento de teatro
34 que um solicitante desejasse divulgar para artistas de todo o estado do
35 Amazonas. O SEC poderia fazer um disparo de e-mails para os artistas
36 cadastrados no setor de teatro, sem que os dados pessoais fossem diretamente
37 acessados por terceiros. Dessa forma, o SEC preservaria a privacidade dos
38 dados, enviando o e-mail em nome do solicitante sem fornecer informações
39 sensíveis diretamente. A função do Observatório é permitir o acesso irrestrito a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

40 dados públicos, mas, por tratar-se de um cadastro com informações sensíveis,
41 o Observatório só teria acesso a informações agregadas, como percentuais de
42 artistas em determinadas áreas, e não a dados individuais. Por fim, ele sugeriu
43 que o grupo discutisse maneiras de contornar os desafios impostos pela LGPD
44 em relação ao cadastro estadual de cultura, garantindo um equilíbrio entre
45 privacidade e o uso eficaz dos dados para fortalecer a política cultural do estado.
46 **A conselheira Jordania Galdino** destacou a importância de realizar uma busca
47 ativa para alcançar os trabalhadores da cultura e utilizar o cadastro estadual de
48 forma eficaz. Ela comentou sobre a necessidade de ter acesso a dados
49 específicos para realizar ações culturais direcionadas, exemplificando com uma
50 ação de teatro que pudesse ser promovida em um município específico, como
51 Manacapuru. Enfatizou a importância de um cadastro atualizado e acessível,
52 permitindo que iniciativas culturais possam atingir os trabalhadores de cada área
53 cultural de maneira mais direcionada, sem riscos de fraudes. Ela mencionou
54 ainda as dificuldades enfrentadas em alguns municípios, especialmente
55 relacionadas ao acesso à internet, e a necessidade de fornecer assistência
56 contínua para que os municípios possam manter atualizados seus próprios
57 cadastros culturais. Ressaltou que, durante visitas recentes a dois municípios,
58 percebeu a importância de fortalecer o cadastro estadual para apoiar os
59 trabalhadores da cultura, que frequentemente têm dificuldades em alcançar a
60 população local devido a obstáculos logísticos. A conselheira concluiu
61 agradecendo e reforçando que, apesar das dificuldades, é fundamental que o
62 Conselho continue a promover o acesso e o apoio aos trabalhadores da cultura
63 em todas as regiões, especialmente no interior do estado. **Dr. Sérgio Cruz**
64 comentou que, em relação ao ponto abordado pela conselheira Jordania, é
65 importante lembrar que o Plano Estadual de Cultura é amplo e contempla
66 diversas propostas apresentadas e aprovadas pelo Conselho Estadual e pela
67 Conferência Estadual de Cultura. Ele destacou que essas propostas não são
68 engessadas e permitem adaptações, podendo incluir ações, metas e estratégias
69 que atendam a diferentes especificidades dentro do objetivo geral do plano.
70 Observou que, no âmbito nacional, há uma estrutura que prevê que o cadastro
71 cultural seja interligado entre as três esferas (municipal, estadual e federal). No
72 entanto, ele apontou uma crítica construtiva, destacando que essa visão "de
73 cima para baixo" pode tornar a implantação do sistema mais difícil. Para ele, é
74 essencial que o foco seja em incentivar os municípios a realizar seus próprios
75 cadastros, compartilhando-os posteriormente com o estado e, em seguida, com
76 a união. Ele enfatizou que o trabalho direto nos municípios tornaria a busca ativa
77 mais eficaz, uma vez que os próprios municípios estariam mais próximos dos
78 agentes culturais locais. Disse que existe uma sinergia entre o que o estado e o
79 plano nacional desejam, e essa convergência de objetivos reforça a importância
80 desse trabalho conjunto. **Karollen Lima** (andarilha) iniciou sua fala
81 cumprimentando a todos e ressaltou que refletiu bastante sobre a questão dos
82 dados dos trabalhadores da cultura, que foi mencionada brevemente desde o



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

83 primeiro encontro. Ela destacou que existem preocupações quanto ao uso e
84 obtenção desses dados, já que trabalhadores e empresas culturais
85 frequentemente são contatados com base em informações obtidas na internet.
86 Ela sugeriu que o conselho considere referências de outros estados que já
87 realizam levantamentos semelhantes. Como exemplos, mencionou o Versalic
88 que é um portal de visualização do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à
89 Cultura (SALIC), que realiza um levantamento de trabalhadores e iniciativas
90 culturais sem revelar dados sensíveis como o CPF, mostrando apenas uma parte
91 desse dado. Além disso, citou o Mapa da Cultura de Pernambuco como um
92 modelo de referência para mapeamento de trabalhadores e iniciativas culturais
93 do estado. Finalizou sugerindo que o conselho estude o que tem sido realizado
94 em outros estados e use esses exemplos como ponto de partida, ressaltando
95 que iniciativas similares já estão em execução pelo Brasil. Ela recomendou o
96 Mapa da Cultura de Pernambuco e o sistema Versalic como bons exemplos para
97 guiar o levantamento dos trabalhadores e iniciativas culturais no estado do
98 Amazonas. **Dr. Sérgio Cruz** afirmou que, conforme mencionado pela
99 conselheira Karollen, não há necessidade de “reinventar a roda”. Ele enfatizou a
100 importância de aproveitar boas ideias que já existem para implementar um plano
101 estadual de cultura que atenda às demandas da sociedade. Sérgio sugeriu que
102 o acesso a informações parcialmente abertas pode ser uma alternativa,
103 reforçando os pontos de observação que ele incluiu relacionados à Lei Geral de
104 Proteção de Dados (LGPD). Ele leu o conteúdo da proposta 1.1 do Eixo 1, que
105 foi aprovada, destacando a implementação de uma integração de cadastros dos
106 trabalhadores da cultura do Amazonas em um banco de dados comum, com uso
107 de busca ativa e apoio técnico. Esse banco de dados seria disponibilizado em
108 uma plataforma pública de livre acesso, em formato de Observatório, para fins
109 de pesquisa e repositório. A proposta também visa integrar essas informações
110 em uma rede colaborativa de informações e indicadores culturais, baseada no
111 programa nacional dos comitês de cultura. Abriu a discussão e incentivou a
112 participação dos demais conselheiros, destacando que, como principais agentes
113 culturais, eles são fundamentais para definir o tipo de acesso aos dados,
114 especialmente dentro das limitações da LGPD. Ele já havia sugerido como
115 estratégia o uso do sistema Versalic, mencionando que ele é uma alternativa
116 para disponibilizar informações sem divulgar dados sensíveis. Questionou
117 Karollen sobre o Mapa Cultural de Pernambuco, confirmando que este serve
118 como uma fonte de informações e indicadores, mas não como um cadastro
119 formal. **A conselheira Jordania Galdino** esclareceu, referindo-se ao Mapa
120 Cultural de Pernambuco, que ele serve apenas como um indicador,
121 especificamente para o setor de teatro. Ela ressaltou que, ao contrário de um
122 cadastro abrangente, esse mapa não oferece uma base de dados detalhada dos
123 trabalhadores culturais. Ela ainda comentou estar acompanhando atentamente
124 a fala do dr. Sérgio Cruz, que procura uma solução para um cadastro que atenda
125 às necessidades de acesso e organização dos dados culturais do Estado.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

126 **Karollen Lima** explicou que o Mapa Cultural de Pernambuco funciona como uma
127 plataforma de cadastro abrangente, similar ao Mapa da Cultura, utilizado
128 nacionalmente para registrar agentes culturais, editais, e espaços culturais. Ela
129 destacou que o sistema permite o levantamento detalhado de oportunidades,
130 agentes e manifestações culturais no estado, sendo organizado de forma
131 bastante ampla e bem-estruturada. Sugeriu que esse modelo poderia ser
132 adaptado para o Amazonas, servindo como cadastro estadual, registrando
133 agentes e espaços culturais de maneira eficiente e centralizada. Ela recomendou
134 aos participantes que acessassem o site do Mapa Cultural de Pernambuco para
135 verem de perto como o levantamento e a organização das informações foram
136 realizados, observando que essa plataforma também exibe editais estaduais e
137 municipais abertos. Parte inferior do formulário **Guto Domingos** continua sua
138 crítica ao sistema de cadastro no contexto dos editais culturais, apontando que
139 o critério de exigência de comprovação de participação em eventos culturais nos
140 últimos dois anos pode ser limitante e até discriminatório, principalmente para
141 pessoas com uma carreira longa mas que estiveram fora do circuito por um
142 tempo, como é o seu caso. Ele se refere ao "etarrismo", um termo que sugere a
143 exclusão de pessoas mais velhas, que, devido a sua experiência, podem ter
144 acumulado uma carreira relevante, mas sem documentação recente que
145 comprove essa atividade. Ele explica que em um edital que participou, o critério
146 de comprovar a presença na cena cultural nos últimos dois anos com recibos de
147 pagamento não foi atendido por ele, e isso fez com que seu cadastro fosse
148 desqualificado. Isso demonstra que o cadastro, ao invés de ser inclusivo, pode
149 funcionar como um fator de exclusão para aqueles que não conseguem
150 comprovar atividades recentes, mas que têm uma carreira sólida. A crítica de
151 Guto é sobre o peso excessivo dado ao portfólio recente, que ele considera ser
152 um instrumento que, ao invés de incluir, acaba excluindo possíveis candidatos.
153 Ele sugere que o sistema de cadastro e os critérios de participação em editais
154 devem ser mais flexíveis e permitir justificativas para casos como o dele, onde o
155 critério de tempo recente não reflete a contribuição cultural de longo prazo. Ele
156 argumenta que isso vai contra o princípio da conferência que visa a inclusão, e
157 que essas falhas no cadastro devem ser corrigidas para garantir que todos os
158 agentes culturais possam ter acesso a oportunidades, independentemente da
159 documentação recente. **Dr. Sérgio Cruz** continua a explicar o propósito do
160 cadastro, reiterando que ele tem dois aspectos distintos: o portfólio, que abrange
161 a carreira toda do indivíduo, e a participação nos últimos dois anos. Ele enfatiza
162 que o cadastro não deve ser visto como um critério de aprovação ou exclusão,
163 mas sim como uma ferramenta de coleta de dados para indicadores internos da
164 Secretaria de Cultura. Ele observa que se alguém preencher o cadastro
165 indicando que não participou de atividades recentes, isso não impedirá que essa
166 pessoa faça parte do cadastro. No entanto, se a pessoa declarar sua
167 participação e comprovar sua presença em editais ou atividades culturais, essa
168 informação será utilizada pela Secretaria de Cultura para fins de levantamento e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

169 para analisar as pessoas que já estão registradas no cadastro estadual. Faz um
170 paralelo com a inscrição em conferências nacionais, onde perguntas
171 semelhantes são feitas apenas para coleta de dados e não para aprovação ou
172 reprovação. O objetivo, então, é apenas reunir informações que ajudam a
173 Secretaria de Cultura em seu planejamento e análise de dados, sem que essas
174 informações tenham impacto direto sobre a aprovação de um indivíduo ou sua
175 participação nos eventos. **Guto Domingos** esclarece que não está discutindo o
176 conceito do cadastro ou da conferência setorial, mas sim o mérito do processo.
177 Ele reafirma que o objetivo é discutir a validade do cadastro e seu impacto,
178 mencionando que, embora se reconheça a importância do cadastro, ele contém
179 elementos na sua metodologia que podem excluir, ao invés de incluir, certos
180 participantes. Augusto aponta a necessidade de revisar esses elementos para
181 garantir que o cadastro cumpra seu papel de forma justa e inclusiva. Ele sugere
182 que essas questões sejam formalizadas, ou seja, colocadas no papel, para que
183 possam ser analisadas e corrigidas. **Rila Arruda** compartilha uma informação
184 sobre o plano nacional de cultura de 2010, no qual foi prevista a implementação
185 do "Dos Me", um sistema de informação e indicadores culturais. No entanto, ela
186 observa que esse sistema nunca funcionou plenamente. Posteriormente, o
187 projeto foi retomado com o nome de "Mapa Cultural", uma plataforma que coleta
188 e organiza dados culturais, gerando indicadores para a análise do setor. Ela
189 sugere que o sistema de Pernambuco pode parecer mais completo porque, na
190 verdade, trata-se de uma plataforma de indicadores, em contraste com um
191 simples banco de dados de informações. **Ananda** compartilhou um link sobre um
192 projeto de mapeamento de artistas com deficiência, focado em acessibilidade
193 cultural. Esse projeto é uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) em parceria
194 com a UFBA. O objetivo é identificar e mapear artistas que possuem deficiência
195 e que fazem parte do cenário cultural, seguindo um modelo que, conforme
196 Ananda explica, é desburocratizado. A proposta busca incluir esses artistas que,
197 muitas vezes, são barrados pela parte burocrática dos cadastros e editais
198 culturais. Ela enfatiza que o modelo de mapeamento foi desenvolvido de forma
199 a ser mais acessível e fácil para os artistas se cadastrarem, sem a necessidade
200 de muitas justificativas ou comprovações complexas. A maior parte das
201 perguntas no formulário de inscrição são de múltipla escolha, com espaço para
202 adicionar respostas abertas caso seja necessário. Ela menciona que, mesmo
203 que o sistema permita o envio de anexos de comprovação, a maioria das
204 informações solicitadas não exigem documentos complexos, facilitando a
205 inclusão. Também comenta sobre o processo de mapeamento, que já está em
206 andamento e conta com a participação de pesquisadores de várias regiões. No
207 caso de Ananda, ela representa a região Norte do Brasil, e destaca que o projeto
208 está sendo feito de maneira colaborativa, com pesquisas e conversas para
209 garantir que os artistas locais, que muitas vezes têm dificuldades com a
210 burocracia, possam ser incluídos. O prazo para coletar as informações e dados
211 do mapeamento é até o dia 21 de dezembro, e após essa data, o projeto passará



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

212 para a segunda fase. Nesse estágio, será definido como os dados serão
213 organizados e apresentados, se em uma aba específica na plataforma do MinC
214 ou em páginas regionais que representem os territórios de cada artista. Ressalta
215 que já há mais de 2.000 inscrições, o que indica o grande interesse e a
216 necessidade de um mapeamento acessível como esse. Colocou-se à disposição
217 para tirar dúvidas sobre o processo e explica que, após o dia 21 de dezembro, o
218 mapeamento será ainda mais detalhado e acessível. Ela reforçou a importância
219 da participação de artistas de diferentes regiões e territórios para que o
220 mapeamento seja abrangente e inclusivo, como o exemplo de Pernambuco, que
221 ela citou como referência. Ela finaliza dizendo que irá compartilhar o link do
222 projeto no chat para facilitar o acesso e a participação de todos. **Guto Domingos**
223 fez um comentário importante sobre a questão do cadastro, focando nas
224 dificuldades de acesso à tecnologia, especialmente no interior e entre pessoas
225 com deficiência. Ele observa que muitas vezes, ao se pensar em um cadastro,
226 se pressupõe que todas as pessoas, especialmente no interior, têm acesso
227 constante a computadores e internet de qualidade, como se estivessem sempre
228 com Wi-Fi e equipamentos adequados à disposição. No entanto, essa não é a
229 realidade para muitas pessoas, especialmente para aquelas em situação de
230 vulnerabilidade social. Ele também destacou uma preocupação adicional: a
231 dificuldade de acesso das pessoas com deficiência, especialmente aquelas com
232 deficiência intelectual ou mobilidade reduzida, ao computador e à internet. Existe
233 a suposição de que essas pessoas têm alguém ao seu lado para orientá-las, o
234 que nem sempre é o caso, e isso pode ser um obstáculo significativo para a
235 inclusão digital. Questionou se o Estado tem entendido essas dificuldades
236 estruturais e se está oferecendo as condições necessárias para que essas
237 pessoas, que enfrentam não apenas vulnerabilidade social, mas também
238 dificuldades de comunicação e acesso às ferramentas digitais, possam se
239 inscrever e participar de processos como o cadastro cultural. Ele sugeriu que a
240 conferência tem a intenção de buscar soluções para essas questões e melhorar
241 o acesso para todos. **Dr. Sérgio Cruz** levantou um ponto relevante sobre
242 acessibilidade no acesso a informações culturais, especialmente sobre a
243 integração e fortalecimento de recursos tecnológicos. Ele fez referência ao eixo
244 2 ou 3 da conferência, onde questões de acessibilidade e a necessidade de
245 melhorar o acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos são discutidas.
246 Ele cita uma proposta nacional que visa promover a qualidade e o alcance da
247 internet, além de assegurar o acesso à criação, produção e circulação de bens
248 culturais. Esse ponto foi enfatizado em uma proposta da conferência nacional de
249 cultura, que destaca a necessidade de fortalecer as condições logísticas para
250 garantir que as populações mais distantes ou em situação de vulnerabilidade
251 também possam acessar esses recursos. Também menciona a importância de
252 integrar diferentes culturas e países que fazem parte da Amazônia, sugerindo
253 tratados que melhorem o acesso à tecnologia, principalmente à internet, e outros
254 equipamentos que viabilizem o acesso a bens culturais. Em relação ao cadastro



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

255 de trabalhadores da cultura, ele explica que há limitações impostas pela Lei
256 Geral de Proteção de Dados (LGPD), que regula a coleta e o compartilhamento
257 de informações pessoais. Isso tem implicações para o fornecimento de dados do
258 cadastro estadual, já que a LGPD impede a divulgação desses dados para
259 terceiros, exceto quando for realmente necessário, o que cria um desafio para a
260 transparência e acessibilidade das informações. Em resposta a essa limitação,
261 ele sugeriu que o formato de consulta dos dados poderia seguir um modelo
262 semelhante ao do mapa de cultura de Pernambuco, onde os dados não são
263 divulgados diretamente, mas sim os indicadores derivados desses dados,
264 mantendo o acesso sem violar as normas de proteção de dados. Propõe que a
265 Secretaria de Cultura busque um formato que atenda a essas demandas,
266 utilizando ferramentas já existentes, como o sistema de consulta de dados
267 proposto pelo MinC e pela Universidade Federal da Bahia, para garantir que a
268 informação cultural seja acessível dentro dos limites legais. **Rila Arruda** destaca
269 que os mapas culturais, a nível federal, devem ser colaborativos, envolvendo
270 não apenas o estado, mas também os municípios. Ela enfatiza que, apesar de
271 já existir um cadastro estadual de trabalhadores da cultura, ainda há lacunas
272 importantes, como a falta de cadastros para museus e bibliotecas, além da
273 necessidade de abrir outras setorizações dentro do mapeamento cultural. Essas
274 faltas indicam que o sistema precisa ser mais abrangente e detalhado, cobrindo
275 mais áreas do campo cultural para se tornar mais eficaz e representativo. **Dr.**
276 **Sérgio Cruz** destacou que, dentro das ações propostas, é importante que o
277 estado abra outros mapas, que na verdade seriam cadastros setoriais, para
278 integrar o sistema de informação e indicadores culturais. Isso incluiria o
279 mapeamento de diferentes áreas culturais, como museus, bibliotecas, e outros
280 setores relevantes, para que esses dados possam ser parte do mapa cultural do
281 estado, tornando o sistema mais completo e eficaz no acompanhamento e
282 promoção da cultura. **Luciane Ituassú**, explicou que estava participando da
283 reunião, mas que estava fazendo várias atividades ao mesmo tempo, então
284 conseguia acompanhar alguns assuntos, mas outros nem tanto. Ela informou
285 que o tema em discussão era um dos quais ela conseguia acompanhar, e que
286 gostaria de esclarecer alguns pontos para que as ações pudessem ser propostas
287 de forma mais efetiva. Começou a explicar o que estava acontecendo naquele
288 momento. Ela destacou que o cadastro estadual de cultura, desenvolvido pelo
289 estado, era considerado um modelo por todos os outros estados brasileiros.
290 Recebia muitos elogios, pois era mais completo do que o próprio mapa cultural.
291 Naquele momento, a proposta do Ministério da Cultura era que o mapa cultural
292 fosse unificado, de modo que todos os estados e municípios do Brasil usassem
293 a mesma base de dados como referência. De acordo com isso, algumas
294 conversas já haviam sido iniciadas, inclusive com o estado do Amazonas, que
295 estava buscando uma agenda para reunir os times de Tecnologia da Informação
296 (TI) do estado com os do Ministério. Luciane mencionou que o estado possuía
297 uma base de dados de cerca de 7.000 pessoas cadastradas no sistema estadual.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

298 Dentre essas 7.000, pouco mais de 4.000 estavam habilitadas. Ela explicou que,
299 com a obrigatoriedade de adotar o mapa cultural nacionalmente, seria
300 necessário entender se o sistema atual do estado poderia migrar suas
301 informações para o novo sistema. Caso contrário, todos os artistas teriam que
302 fazer um novo cadastro no mapa cultural, o que representaria um grande
303 transtorno, dada a estrutura de suporte atual, que já enfrentava dificuldades,
304 embora ainda fosse mais eficiente do que a do sistema nacional. Ela destacou
305 que, se fosse necessário mobilizar todos os fazedores culturais para o novo
306 cadastro, a dificuldade seria três vezes maior. Por isso, o estado estava
307 buscando uma agenda com o Ministério para entender melhor como os sistemas
308 poderiam se integrar e se a migração seria possível. Além disso, falou sobre a
309 dificuldade de efetivar as melhorias no cadastro estadual, pois muitas demandas
310 de atualização estavam sendo recebidas, mas ainda não era possível atender
311 todas. Ela lembrou que o cadastro foi desenvolvido internamente pela Secretaria
312 de Cultura, sem a contratação de empresas externas, e que, considerando o alto
313 investimento já realizado, havia a preocupação de saber se mudanças mais
314 drásticas seriam vantajosas ou se poderiam significar desperdício de recursos
315 públicos. Finalizou dizendo que, por enquanto, o projeto de alteração do sistema
316 ainda não havia sido efetivado, pois aguardavam a reunião com o Ministério para
317 definir os próximos passos. Ela explicou que, após essa reunião, seria possível
318 decidir se seria necessário fazer um investimento maior no cadastro estadual ou
319 se a migração para o mapa cultural seria a melhor opção. **Rila Arruda:** Ela
320 destacou que, mais uma vez, não se deveria confundir o cadastro com o sistema.
321 Quando o Brasil passou a adotar o mapa cultural, era semelhante ao que já
322 ocorria com vários outros cadastros no país. Um exemplo disso era o cadastro
323 nacional de museus, que existia há muitos anos. Esse cadastro foi um dos
324 primeiros do Brasil, criado para que os próprios museus se cadastrassem,
325 permitindo que o governo tivesse uma identificação e um diagnóstico da situação
326 nacional dos museus, além de informações sobre o quantitativo e a situação
327 desses espaços. Ela mencionou que o cadastro no estado, embora fosse muito
328 bom e ela própria tivesse conseguido se registrar em várias categorias com
329 sucesso, não deveria ser confundido com um sistema. O cadastro era apenas
330 uma parte do processo, e para que fosse possível fazer a transição para o
331 sistema estadual, seria necessário incluir as informações municipais, que então
332 seriam enviadas para o sistema nacional de informações culturais ou o mapa
333 cultural, também explicou que, no mapa, o sistema de indicadores culturais
334 fornecia acesso tanto ao poder público quanto à sociedade civil. Com esse
335 acesso, seria possível consultar informações básicas e inserir novas
336 informações, incluindo iniciativas comunitárias que, muitas vezes, não seriam
337 mapeadas ou identificadas pelo poder público. Esse processo permitiria que a
338 sociedade civil tivesse um acesso melhor, mostrando a sua existência, sem que
339 isso significasse que o poder público dominasse completamente a plataforma.
340 Ressaltou que isso não diminuía nem retirava o valor do cadastro estadual, que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

341 ainda funcionava muito bem, assim como o Amazonas, que também se tornou
342 uma referência nacional, principalmente na área de acessibilidade, tendo
343 inclusive ganhado prêmios nacionais. Ela finalizou lembrando que, apesar do
344 cadastro ser um ponto importante, ele por si só não constituía um sistema. O
345 cadastro alimentava o sistema, assim como outras técnicas também utilizadas
346 para a coleta de dados. **Guto Domingos** refletiu sobre a fala da Rila Arruda, que
347 destacou a qualidade da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), reconhecida
348 nacionalmente. Ele afirmou que isso era um ponto importante, considerando o
349 reconhecimento da SEC desde a conferência, sendo algo amplamente
350 reconhecido, e que sempre foi apontado por ele e outros delegados. Ele também
351 destacou que essa "esperteza" da SEC foi reconhecida pelo Ministério da
352 Cultura. Guto comentou que o estado do Amazonas estava, de fato, à frente de
353 outros no Brasil em várias questões culturais, e isso permitia que o estado,
354 agora, tivesse a capacidade de dar direções para o Brasil, principalmente em
355 relação a algumas políticas públicas que já estavam em vigor, como as voltadas
356 para a dança, que ele iria descrever mais tarde. Ele explicou que, por meio da
357 otimização de certos aspectos da Secretaria de Cultura, o estado poderia,
358 através da conferência, abrir caminho para parcerias mais consolidadas entre o
359 estado e a sociedade civil. Guto ressaltou que o Observatório Cultural seria uma
360 construção futura, tanto pela Secretaria quanto pelas entidades da sociedade
361 civil, que seriam reestruturadas a partir da conferência, e teriam autonomia para
362 discutir questões financeiras e estabelecer parcerias com os estados. Sobre a
363 tecnologia utilizada no Observatório, ele sugeriu que fosse buscado um modelo
364 híbrido, utilizando as tecnologias já existentes, mas garantindo que também
365 houvesse uma forma acessível para aqueles que não tinham acesso à
366 tecnologia, incluindo pessoas com deficiência (PCD). Ele lembrou que, durante
367 a abertura de editais, deveria haver uma equipe disponível para auxiliar, como
368 foi feito anteriormente com a pena. Ele concluiu dizendo que, nesse momento,
369 como a tecnologia ainda não estava completamente desenvolvida para atender
370 a todas as demandas, um modelo híbrido seria a melhor solução para atender a
371 todas as necessidades da população. **Luciane Ituassú, Assessoria de**
372 **Políticas Culturais (ASPC)** iniciou sua explicação esclarecendo que, embora a
373 Secretaria de Cultura fosse frequentemente cobrada sobre a implementação das
374 ações culturais no estado, era necessário seguir uma série de procedimentos
375 administrativos para que essas ações fossem efetivamente viabilizadas.
376 Destacou que, naquele momento, os esforços estavam sendo concentrados para
377 garantir que essas ações fossem implementadas ainda no final do exercício de
378 2024. Ela informou que, atualmente, a Secretaria estava com seis equipes no
379 interior do estado, que estavam utilizando a tecnologia Starlink para garantir a
380 conectividade com a internet. Cada equipe era composta por seis pessoas,
381 incluindo computação e apoio técnico, para realizar o cadastro de artistas e
382 espaços culturais nas regiões mais afastadas. A proposta desse cadastro,
383 conforme Luciane explicou, não se tratava apenas de um simples banco de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

384 dados, mas de um sistema mais robusto, com o objetivo de ser uma ferramenta
385 de consulta e controle. O sistema permitiria que qualquer pessoa, seja de dentro
386 do Amazonas ou de outros lugares, pudesse acessar as informações sobre os
387 artistas locais e as manifestações culturais que ocorriam no estado. O objetivo
388 principal era mapear quem eram os artistas, o que faziam, de onde vinham, e
389 quais as manifestações culturais estavam presentes em cada localidade.
390 Também enfatizou que o cadastramento não se restringia apenas aos artistas,
391 mas também contemplava as instituições culturais, os espaços culturais, os
392 museus e outros patrimônios culturais do estado. Ela explicou que, no
393 planejamento da Secretaria, o cadastro deveria abranger toda a diversidade
394 cultural do Amazonas, incluindo os aspectos do patrimônio histórico. Para que
395 isso fosse possível, no entanto, seria necessário realizar diversas alterações nas
396 programações do sistema, o que demandava um trabalho conjunto com os
397 desenvolvedores da plataforma, e, claro, investimento financeiro. A necessidade
398 de recursos foi um ponto crucial abordado por Luciane, que relatou que, com os
399 recursos atuais e a quantidade de pessoal disponível nos setores da Secretaria,
400 não seria possível dar conta da magnitude do trabalho. Ela ressaltou que, para
401 que o cadastro e as ações culturais se expandissem de maneira efetiva, seria
402 imprescindível adquirir mais recursos financeiros, novos equipamentos e
403 contratar mais mão de obra qualificada. Além disso, explicou que a Secretaria de
404 Cultura já estava ciente das dificuldades enfrentadas pelo interior do estado,
405 especialmente em relação ao acesso à informação. Ela mencionou que, apesar
406 do Amazonas ser um exemplo de boas práticas para outros estados, ainda
407 existiam grandes desafios a serem superados. O interior do estado, em
408 particular, enfrentava dificuldades com o acesso à informação, seja por meio dos
409 próprios governos municipais ou pela falta de cobertura midiática e pela
410 deficiente infraestrutura de internet. A falta de conexão adequada à internet,
411 segundo Luciane, não era uma responsabilidade da Secretaria de Cultura, mas
412 um problema maior que exigiria uma força-tarefa envolvendo outros órgãos
413 estaduais para ser resolvido. Tranquilizou os presentes, afirmando que a
414 Secretaria já estava tomando providências para melhorar o alcance das ações.
415 Ela mencionou que já estavam sendo realizadas ações práticas, como a ida das
416 equipes para os interiores, com a missão de realizar o cadastramento e a coleta
417 de dados de maneira mais ativa. Em relação ao andamento das ações, Luciane
418 observou que, embora houvesse progressos, o ritmo de execução não estava
419 acontecendo de maneira tão rápida quanto todos gostariam. Contudo, ela
420 destacou que os avanços eram concretos e estavam sendo registrados. Também
421 mencionou que as inscrições para o cadastro estavam abertas até o dia 17 de
422 novembro de 2024, e que, até aquele momento, a busca ativa por novos
423 cadastros estava em pleno andamento, especialmente nos municípios do
424 interior. Ressaltou que a proposta de planejamento para o ano de 2025 já estava
425 sendo formulada, com a intenção de alcançar mais municípios do estado. Ela
426 explicou que o início das atividades para o próximo ano seria em dezembro de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

427 2024, com a perspectiva de que em 2025 seria possível contemplar ainda mais
428 cidades e regiões, ampliando o alcance da iniciativa. Ela concluiu sua fala
429 destacando que, embora o processo fosse gradual e que não seria possível
430 cobrir todas as localidades de uma vez, o trabalho estava avançando conforme
431 o planejamento. O objetivo era garantir que, ao longo do tempo, mais municípios
432 fossem alcançados e que as ações culturais se espalhassem de maneira mais
433 ampla e eficaz por todo o estado. É importante que todos estivessem cientes das
434 dificuldades, mas também das soluções que estavam sendo implementadas
435 para superar os obstáculos e alcançar as metas propostas. **Roberto Sá**, durante
436 sua fala, expressou uma opinião sobre a simplificação do processo de
437 cadastramento e acesso dos artistas às políticas culturais, sugerindo que o
438 sistema fosse mais direto e menos burocrático. Ele iniciou mencionando que não
439 estava certo de como a mudança seria implementada no sistema, mas afirmou
440 que o processo de cadastro deveria ser mais simples, conforme ele entendia,
441 citando como exemplo o caso de um artista chamado Guto. Roberto comentou
442 que o cadastro poderia ser feito de maneira simples, onde o artista apenas
443 precisaria enviar sua solicitação para o projeto que deseja realizar, incluindo seus
444 dados básicos, como endereço, biografia e portfólio. Para ele, esse processo
445 seria o suficiente para que o artista estivesse dentro dos parâmetros do cadastro
446 estadual de cultura. Em seguida, questionou a necessidade de exigir mais
447 informações do que o básico, especialmente no caso de artistas que já têm um
448 histórico longo, como bandas ou grupos culturais com mais de 50 anos de
449 existência, como a banda mencionada que atua na Amazônia. Ele criticou a
450 exigência de informações detalhadas sobre a história do artista desde a década
451 de 1920, sugerindo que o simples reconhecimento de que a banda ou o artista
452 existia e estava ativo seria o suficiente para ter acesso ao sistema. Também
453 comentou sobre a burocracia enfrentada pelos artistas, mencionando como isso
454 os coloca em desvantagem. Para ele, o processo de cadastramento e acesso
455 deveria ser mais acessível e direto, sem tanta exigência de documentos ou
456 processos complicados. Ele mencionou especificamente o exemplo de um
457 trabalhador rural que, embora não tenha uma profissão formal definida, poderia
458 ter acesso ao financiamento ou a recursos para suas atividades culturais caso
459 comprovasse que desempenha um papel importante em sua comunidade, como,
460 por exemplo, o trabalho com o boi, mesmo que fosse uma atividade simples
461 como empurrar um carro. Em sua sugestão, enfatizou que o acesso do artista
462 aos projetos culturais e às verbas federais e estaduais deveria ser mais
463 descomplicado. Ele acreditava que a Secretaria de Cultura estava realizando um
464 bom trabalho ao capacitar o pessoal do interior para permitir o acesso das
465 comunidades locais às políticas culturais. Contudo, ele reiterou que, para que
466 mais artistas pudessem se beneficiar, o processo de cadastramento e acesso
467 aos recursos deveria ser simplificado, para que o artista não tivesse que
468 enfrentar obstáculos desnecessários. Essa simplificação, segundo Roberto,
469 poderia ajudar a tornar as políticas culturais mais inclusivas e acessíveis,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

470 especialmente para aqueles que vivem nas áreas mais afastadas. A proposta
471 dele foi, portanto, de criar um processo mais direto e desburocratizado para que
472 todos os artistas, independentemente de sua origem ou contexto, pudessem
473 acessar as políticas culturais e os recursos disponíveis, sem a necessidade de
474 uma carga excessiva de comprovações ou processos complicados. **Dr. Sérgio**
475 **Cruz** iniciou sua fala destacando a importância de compreender que o cadastro
476 não deve ser visto apenas como uma maneira de registrar artistas, mas também
477 como uma ferramenta útil para consulta por parte do poder público em diversas
478 esferas, seja estadual, municipal ou federal. Ele ressaltou que, para garantir a
479 eficiência do sistema, o cadastro estadual precisa estar em conformidade com
480 os padrões nacionais. Além disso, a padronização entre os diferentes níveis de
481 governo é essencial para garantir que os dados coletados sejam compatíveis e
482 acessíveis a todos. Também alertou sobre a necessidade de uniformizar os
483 sistemas de cadastro nos níveis municipal, estadual e federal, a fim de evitar
484 conflitos ou sobrecarga de informações, sugerindo que não se pode criar um
485 cadastro "próprio" isolado em cada uma dessas esferas. Ele reforçou que a
486 criação de um cadastro eficiente e interligado é fundamental para garantir a
487 acessibilidade e a utilização dos dados pela sociedade e pelo poder público.
488 **Roberto Sá** interveio, expressando uma preocupação prática sobre a criação de
489 diferentes sistemas de cadastro para cada nível de governo. Ele sugeriu que, se
490 o cadastro fosse feito separadamente nos níveis estadual, municipal e federal,
491 isso poderia resultar em problemas, especialmente em termos de integração de
492 dados e de aplicação efetiva das políticas culturais. Ele apontou que a gestão de
493 dados culturais poderia ser prejudicada pela falta de uma coordenação entre
494 esses sistemas. No entanto, essa preocupação foi abordada de forma
495 construtiva, com a intenção de discutir como superar os desafios relacionados à
496 unificação desses cadastros. **Dr. Sérgio Cruz** então explicou que o **cadastro**
497 **cultural do Amazonas** foi elogiado por sua abrangência e pela riqueza das
498 informações que ele coleta. Ele destacou que o sistema de cadastro estadual
499 possui um banco de dados valioso, com informações detalhadas sobre os
500 setores culturais envolvidos, o que o torna uma ferramenta útil não só para os
501 artistas, mas também para o próprio poder público, que pode consultar essas
502 informações para implementar políticas mais eficazes. Ele deu um exemplo,
503 sugerindo que, com um cadastro bem estruturado, seria possível realizar
504 consultas detalhadas sobre os agentes culturais e suas atividades, o que
505 facilitaria a criação de políticas públicas mais direcionadas e adequadas às
506 necessidades de diferentes segmentos da cultura no estado. **Luciane Ituassú**
507 explicou que o sistema de cadastro está em conformidade com a Instrução
508 Normativa do Ministério da Cultura, o que significa que ele segue as orientações
509 e exigências estabelecidas a nível federal. **Dr. Sérgio Cruz**, ao complementar,
510 reforçou que o cadastro estadual não apenas atende aos requisitos da
511 normativa, mas o faz de maneira eficaz e funcional. Ele destacou que o sistema
512 não é apenas um "preenchimento vazio" ou um processo formal sem impacto



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

513 real, como muitas vezes se diz. Ao contrário, o cadastro realmente coleta
514 informações úteis e detalhadas, proporcionando uma plataforma eficiente para
515 registrar os artistas e suas produções culturais. Ele sublinhou que, quando o
516 sistema não contém dados, é porque ainda não foram inseridos ou atualizados
517 pelos próprios artistas, o que é uma responsabilidade deles. O conselheiro
518 **Roberto Sá** também ressaltou a importância de seguir as diretrizes federais, que
519 não podem ser alteradas. A estrutura do cadastro precisa respeitar essas
520 normas, pois elas foram estabelecidas para uniformizar o processo em todo o
521 Brasil, garantindo que todos os níveis de governo federal, estadual e municipal
522 operem dentro de um mesmo padrão de registro e consulta. Isso, embora seja
523 um desafio, é crucial para a implementação de políticas culturais consistentes e
524 coordenadas. **Dr. Sérgio Cruz** e o **conselheiro Roberto Sá** discutem a
525 complexidade do processo de cadastro para os artistas, que muitas vezes pode
526 parecer burocrático. Eles reconheceram que o processo pode ser difícil de
527 entender, principalmente para os artistas do interior ou aqueles com menos
528 familiaridade com procedimentos administrativos. No entanto, a solução
529 proposta foi não simplificar o cadastro em si, mas sim melhorar a compreensão
530 sobre ele. O objetivo é tornar o processo mais acessível, com orientações claras,
531 para que os artistas possam preencher o cadastro corretamente e aproveitar os
532 benefícios que ele oferece. O cadastro não serve apenas para registrar os
533 artistas de forma individual, mas também para apoiar o desenvolvimento do setor
534 cultural como um todo. Com informações precisas e atualizadas, o poder público
535 pode oferecer melhores políticas, recursos e suporte aos artistas e aos diversos
536 segmentos da cultura. O preenchimento completo do cadastro, portanto,
537 beneficia tanto os artistas individualmente quanto o setor cultural em sua
538 totalidade, pois facilita a implementação de ações mais focadas e eficazes. **Dr.**
539 **Sérgio Cruz** explicou que, quando se trata de áreas específicas, como o **teatro**,
540 o objetivo do cadastro e das políticas culturais é identificar necessidades e
541 direcionar esforços de forma mais precisa. Quando o poder público percebe que
542 uma área, como o teatro, precisa de mais apoio, a plataforma de cadastro serve
543 justamente para levantar dados que permitam a criação de políticas mais
544 adequadas a essa necessidade específica. Dessa forma, o sistema visa facilitar
545 a coleta de informações detalhadas para que os gestores possam agir de
546 maneira mais eficaz. Ele também destacou que a principal meta desse trabalho
547 é simplificar o processo de acesso e coleta de dados. O cadastro não deve ser
548 visto como uma barreira burocrática, mas sim como uma ferramenta que permite
549 ao poder público identificar claramente as demandas culturais e tomar decisões
550 mais informadas. Essa abordagem visa garantir que o processo seja mais
551 eficiente, tanto para os gestores quanto para os artistas. Em relação à discussão
552 sobre como melhorar o sistema de cadastro, afirmou que a intenção não é
553 remover informações importantes que são essenciais para formular políticas
554 públicas. Em vez disso, a proposta é facilitar o acesso dos municípios e dos
555 próprios artistas ao sistema. Ele sugeriu que os municípios, que possuem uma



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

556 proximidade maior com as realidades locais, possam abraçar a causa cultural e
557 utilizar plataformas de cadastro municipais que se integrem ao cadastro
558 estadual, criando uma rede de dados interconectados. A razão para essa
559 integração é permitir que as ações sejam descentralizadas, com os municípios
560 desempenhando um papel ativo na coleta de dados e no desenvolvimento das
561 políticas culturais. Ele comparou o estado a um "elefante" uma estrutura grande
562 e complexa enquanto os municípios, menores e mais próximos das
563 comunidades, seriam as "formiguinhas" que fazem o trabalho de base, coletando
564 dados e promovendo ações locais. A ideia é que, ao conectar as plataformas
565 municipais e estaduais, o trabalho seja mais eficaz e menos sobrecarregado pela
566 centralização, permitindo uma abordagem mais próxima da realidade de cada
567 comunidade. **Guto Domingos** explicou que a conferência desempenha um
568 papel importante ao abrir caminhos para que se encontrem soluções para
569 simplificar os cadastros, em consonância com o que o Ministério da Cultura já
570 reconhece ser necessário: uma simplificação dos processos. Ele destacou que
571 é fundamental verificar a utilidade das informações solicitadas nos cadastros e
572 questionou se, por exemplo, é realmente necessário pedir informações
573 detalhadas de dois anos de história do artista, considerando a utilidade de cada
574 dado. Ele sugeriu que, ao revisar as informações solicitadas, poderia se
575 identificar dados que são desnecessários ou redundantes, como, por exemplo,
576 informações que não agregam valor ao processo. A ideia seria remover esses
577 pontos que se tornam dificultadores no preenchimento do cadastro, tornando o
578 processo mais ágil e acessível. Ele concluiu que, ao eliminar os pontos
579 "nevrálgicos", que dificultam a realização do cadastro, o processo se tornaria
580 muito mais simples e eficiente. **Luciane Ituassú** abordou questões significativas
581 sobre as desigualdades no acesso aos recursos culturais no Brasil, com um foco
582 particular no Amazonas e nas dificuldades enfrentadas pelos artistas da região
583 em competir com os de outras partes do país. Ela começou destacando a
584 necessidade de se considerar o contexto específico do Amazonas dentro do
585 cenário nacional. Luciane observou que é comum que artistas da região Norte
586 se sintam negligenciados nas políticas culturais e nas ações do governo federal,
587 que tendem a se concentrar nas regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste
588 (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo) e o Nordeste. Essas regiões
589 recebem maior visibilidade e mais recursos, o que torna difícil para os artistas do
590 Amazonas se destacarem nas plataformas nacionais. Luciane fez uma análise
591 de como os artistas do Amazonas, embora talentosos, muitas vezes não
592 conseguem acessar os mesmos recursos que os artistas do Sul e Sudeste,
593 devido à burocracia e à falta de estrutura para preencher os cadastros e
594 formulários exigidos para participar das políticas culturais. Para ela, as condições
595 no Amazonas são mais desafiadoras, com muitos artistas enfrentando
596 dificuldades de acesso à internet ou até mesmo falta de capacitação sobre como
597 preencher os cadastros exigidos para programas culturais. Ela sugeriu que, ao
598 invés de simplificar ainda mais os processos burocráticos, seria mais eficaz



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

599 capacitar os artistas locais para que eles pudessem compreender melhor como
600 preencher os cadastros e participar dos programas culturais, principalmente
601 aqueles que envolvem concursos e editais de grande visibilidade nacional.
602 Observou que a principal reclamação dos artistas do Norte nos fóruns culturais
603 nacionais é a falta de visibilidade e a dificuldade de concorrência com os artistas
604 das outras regiões, especialmente o Sudeste, que têm mais recursos e um
605 acesso mais fácil às plataformas digitais e aos processos seletivos. Ela apontou
606 que, no caso do Amazonas, a "regra" (ou os padrões exigidos para os cadastros
607 e participação) parece ser mais baixa, o que gera uma sensação de ineficiência
608 ou de dificuldade em se destacar em meio a tantas exigências complexas.
609 Sugeriu que o caminho não fosse baixar ainda mais a régua de exigências para
610 os artistas locais, mas, ao contrário, fortalecer a capacitação dos mesmos, para
611 que possam melhorar sua preparação e competir de maneira mais justa com
612 artistas das outras regiões, como São Paulo e Rio de Janeiro. Ela concluiu que,
613 ao promover ações de capacitação contínua e garantir que os artistas do
614 Amazonas saibam como preencher os cadastros corretamente, será possível
615 promover maior equidade e visibilidade para a arte da região no cenário nacional,
616 ao mesmo tempo em que se fortalece o empoderamento da classe artística local.
617 **Dr. Sérgio Cruz** iniciou sua fala destacando a importância de registrar alguns
618 pontos antes de passar a palavra para a próxima pessoa. Ele fez referência à
619 Caroline, mencionando que ela gosta de ser chamada de "andarilha". Em
620 seguida, afirmou que o objetivo maior da discussão não é apenas coletar dados,
621 mas também ampliar a visão sobre as questões levantadas, como já mencionado
622 por outros participantes. Ele reconheceu que o processo demanda recursos, mas
623 destacou que o encontro tinha como propósito construir novas possibilidades e
624 políticas culturais para o estado do Amazonas. Ele reforçou que essa perspectiva
625 vai ao encontro do que Dra. Luciane havia falado anteriormente, especialmente
626 sobre a necessidade de capacitar as pessoas para que possam compreender
627 melhor o cadastro e participar ativamente das ações propostas. Concluiu
628 enfatizando a importância dos levantamentos realizados, considerando-os como
629 fundamentais para o desenvolvimento das ações culturais no estado. **Rila**
630 **Arruda** disse que para otimizar o tempo da reunião, o foco fosse direcionado
631 para discutir as propostas e as questões mais relevantes da conferência. Ela
632 sugeriu uma padronização de termos, mencionando que havia lido partes do
633 documento em que se usavam diferentes expressões, como "fazedor de futuro",
634 "trabalhador de cultura", "artista", e outras. Ela propôs utilizar a definição de
635 trabalhadores da cultura conforme a primeira Lei Aldir Blanc, que engloba
636 profissionais de várias áreas, como técnicos, operadores e artistas. Ela destacou
637 a necessidade de padronizar os termos e talvez incluir um glossário no final do
638 documento para esclarecer as diferenças entre as terminologias. Comentou
639 sobre a evolução do cadastro, que ela acredita ter melhorado ao longo do último
640 ano, embora ainda haja desafios relacionados à sua difusão, principalmente em
641 áreas fora de Manaus. Ela sugeriu melhorar a clareza sobre como preencher o



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

642 cadastro e sugeriu que fosse criada uma explicação passo a passo na página
643 inicial do sistema para facilitar o processo. Levantou um ponto sobre o conceito
644 de "Observatório" mencionado nas propostas, questionando se ele seria uma
645 plataforma de dados ou algo mais amplo. Ela também compartilhou sua proposta
646 de criar um setor específico dentro da Secretaria de Estado de Cultura para gerir
647 informações e indicadores culturais. Ela sugeriu a contratação de profissionais
648 como sociólogos, estatísticos e geógrafos para formar uma equipe especializada
649 que trabalhasse com dados e pesquisas culturais. **Dr. Sérgio Cruz** fez um
650 comentário de apoio, ressaltando que as propostas seriam colocadas de forma
651 prática nas ações e metas da conferência. Ele indicou que as ideias levantadas
652 por Rila seriam integradas às discussões já estabelecidas, com a definição de
653 metas claras para as ações a serem tomadas. Continuou sua intervenção
654 reforçando a importância de integrar as propostas de forma eficaz. Ele destacou
655 que as propostas discutidas seriam alinhadas com as ações já aprovadas e que,
656 a partir disso, seriam definidas as metas e ações concretas a serem realizadas.
657 Ele afirmou que a ideia do cadastro estadual de cultura seria uma ação
658 fundamental, que seria inserida no ponto de ações a serem implementadas. Ele
659 explicou que, por enquanto, não havia metas definidas, mas que estavam
660 trabalhando para transformar as sugestões em ações concretas. Mencionou
661 também algumas ações que poderiam ser estruturadas, como a reestruturação
662 do mapa cultural do Amazonas, a abertura de cadastros setoriais e a
663 desburocratização do cadastro estadual de cultura. Ele sugeriu que, entre as
664 metas, poderiam ser considerados convênios com os municípios como uma
665 prioridade para fortalecer a busca ativa e melhorar a integração das ações
666 culturais no estado. Ele concluiu sua fala destacando que ainda havia muitos
667 detalhes a serem discutidos e desmiuçados, mas que o foco estava em tornar o
668 processo mais eficiente e acessível. A **Conselheira Jordania Galdino**
669 questionando sobre a clareza das ações discutidas, especificamente em relação
670 às metas e estratégias mencionadas anteriormente. A discussão se aprofundou
671 no papel do **Observatório**, que foi comparado à função do **Conselho Estadual**
672 **de Cultura (CONEC)**. O Observatório teria a função de observar e alertar sobre
673 questões culturais, atuando como um "sensor" entre o poder público e a
674 sociedade civil, mas sem o poder de exigir ações do governo, ao contrário do
675 CONEC, que tem a obrigação de agir com base nas suas recomendações. **Dr.**
676 **Sérgio Cruz** explicou que o Observatório teria um papel mais informativo e
677 proativo, sinalizando questões ao poder público e à sociedade. O Observatório
678 poderia ajudar na criação de alertas sobre tendências culturais e ações
679 necessárias para resolver problemas, sem interferir diretamente nas decisões
680 políticas. O **Observatório da Dança** foi um exemplo específico mencionado,
681 sugerindo que ele ajudaria a identificar e mapear as manifestações culturais da
682 dança no Amazonas, como aquelas que estão desaparecendo ou necessitam de
683 preservação. Nesse contexto, a rede estadual seria responsável por fazer esse
684 mapeamento, trabalhando em colaboração com o estado para manter as



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

685 tradições vivas. A conversa também refletiu a importância das **setoriais** (como a
686 da dança) terem autonomia para atuar de forma independente, construindo
687 estratégias específicas para suas áreas, e interagindo com o Observatório para
688 coletar dados relevantes para as políticas culturais estaduais. **Guto Domingos**
689 questionou como essa dinâmica seria aplicada à dança, ressaltando as
690 especificidades dessa área e como o Observatório poderia contribuir para o
691 mapeamento e preservação das tradições da dança no Estado. **Dr. Sérgio Cruz**
692 concordou, destacando que o Observatório poderia oferecer dados cruciais para
693 a construção de ações focadas na preservação cultural. **Dr. Sérgio Cruz**
694 esclareceu que o Observatório e o Cadastro Estadual de Cultura precisam ser
695 tratados separadamente, não sendo adequado incluir o Observatório
696 diretamente dentro do cadastro, devido às funções distintas que ambos
697 desempenham. O Observatório deve se concentrar em coletar informações e
698 gerar alertas, enquanto o Cadastro tem a função de registrar dados e
699 informações sobre a cena cultural. Em seguida, houve um ponto levantado sobre
700 a necessidade de concursos públicos, mencionado pela Doutora Luciane, no
701 contexto da estruturação de políticas culturais de longo prazo. Explicou que o
702 plano estadual de cultura está sendo elaborado para os próximos 10 anos, e os
703 concursos públicos podem ser programados não necessariamente para o
704 imediato, mas para atender às futuras demandas, dentro de uma estruturação
705 planejada a longo prazo. A ideia é que as ações sejam pensadas para o futuro,
706 de modo que a gestão cultural seja capaz de atender às necessidades
707 emergentes quando surgirem, sem precisar agir de forma imediata, mas com um
708 plano que se desenvolva ao longo do tempo. **Luciane Ituassú** esclareceu que,
709 ao fornecer informações, seu intuito não é contrapor as opiniões dos demais,
710 mas sim informar sobre a **situação atual** do estado. Ela destacou o esforço da
711 secretaria em divulgar o **Cadastro Estadual de Cultura** por meio das redes
712 sociais e do site oficial. Além disso, mencionou que a secretaria possui o
713 segundo maior alcance em visibilidade no estado, ficando atrás apenas das
714 redes sociais do governo estadual. Esse alcance, porém, não elimina a
715 dificuldade de envolver os **fazedores culturais** no cadastro, pois muitos
716 enfrentam desafios para destinar o tempo necessário para esse processo. Ela
717 também comentou sobre a complexidade de realizar o levantamento de
718 indicadores e desenvolvimento de trabalhos específicos para o setor.
719 Aparentemente, essas questões estão sendo discutidas internamente pela
720 secretaria ao mesmo tempo em que o conselho aborda o assunto, refletindo uma
721 **sincronia** entre as discussões do Conselho e as ações da Secretaria. **Luciane**
722 **Ituassú** destacou que, embora estejam empenhados em desenvolver o setor
723 cultural, ainda enfrentam obstáculos para efetivar o avanço devido ao decreto de
724 contingenciamento, que impede a realização de concursos públicos no
725 momento. Conforme discutido com o Dr. Sergio, há uma perspectiva de **planejar**
726 **concursos** para o futuro. Enquanto isso, estão conversando com profissionais
727 experientes de outros estados e instituições, como o Observatório da Bahia e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

728 universidades, para buscar modelos de estrutura que possibilitem o início dos
729 trabalhos de maneira mais eficaz. Ela ressaltou a necessidade de **indicadores**
730 **mais precisos** para direcionar ações e, ao mesmo tempo, expressou dúvidas
731 sobre a proposta de criação de **setoriais** dentro do cadastro. Atualmente, o
732 cadastro é amplo e permite que artistas se registrem em múltiplas áreas, uma
733 vez que muitos transitam entre diferentes áreas artísticas. A criação de setoriais
734 poderia, eventualmente, limitar os artistas a escolherem apenas uma área de
735 atuação. Ela buscou entender se a proposta visa limitar a escolha dos artistas
736 ou se há uma forma de organizar os dados sem essa restrição. **Rila Arruda**
737 apresentou uma análise detalhada sobre a necessidade de **setorização do**
738 **cadastro cultural**, argumentando que é essencial incluir tanto pessoas físicas
739 quanto jurídicas para que instituições culturais sejam devidamente identificadas
740 e registradas, além dos indivíduos responsáveis por elas. Ela apontou uma
741 lacuna significativa no mapeamento cultural, especialmente no que diz respeito
742 às **iniciativas culturais em áreas remotas e rurais** do Amazonas,
743 mencionando museus comunitários como exemplo. Apesar de seu interesse e
744 envolvimento na área, Rila comentou que a informação sobre esses espaços
745 raramente chega ao seu conhecimento de forma oficial. Em vez disso, ela fica
746 sabendo sobre muitos desses museus apenas ocasionalmente e por vias
747 informais, o que expõe uma carência de visibilidade e organização. Outro ponto
748 importante levantado foi a ausência de um mapeamento confiável de
749 **equipamentos culturais**, como bibliotecas e arquivos, em todo o Amazonas.
750 Rila destacou que até o Cadastro Nacional de Museus não oferece uma
751 contagem completa de museus no estado, o que dificulta o entendimento da real
752 dimensão do patrimônio cultural regional. Ela exemplificou com sua própria
753 experiência de trabalho junto ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), o
754 Conselho Federal de Museologia e a Rede de Educadores Museais do Brasil,
755 observando que, por meio dessas articulações, ela consegue mapear museus e
756 instituições culturais com mais precisão do que o sistema cadastral atual permite.
757 Rila colaborou para fortalecer a importância de um sistema cadastral atualizado
758 e robusto que permita **mapeamento de locais e instituições culturais** e não
759 apenas dos agentes culturais, facilitando o acesso à informação e o
760 desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes no setor cultural. **Dr. Sergio**
761 **Cruz** comentou detalhadamente sobre o papel dos **comitês de Cultura** e como
762 esses são afetados pelo **Programa Nacional de Comitês de Cultura** instituído
763 pela Portaria MinC nº 64 de 2023. Esse programa, que é uma iniciativa federal,
764 tem como objetivo a criação de comitês para mobilização e comunicação da
765 classe artística e da política cultural em todo o país. Ele frisou que esses comitês
766 atuam de forma independente do Conselho Estadual de Cultura e da Secretaria
767 de Cultura estadual, embora mantenham um vínculo funcional com as instâncias
768 estaduais e municipais. A função principal desses comitês é captar e disseminar
769 informações relevantes para o setor cultural, e sua organização e
770 regulamentação são responsabilidade do Ministério da Cultura (MinC).



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

771 Esclareceu que o cadastro estadual de cultura não possui a infraestrutura nem
772 a responsabilidade de ser um repositório oficial para esses comitês nacionais,
773 justamente por se tratar de uma exigência no âmbito federal. Ele pontuou que,
774 talvez por ser uma regulamentação recente, o entendimento inicial sobre o papel
775 do cadastro estadual no suporte aos comitês ficou confuso. No entanto, o
776 Ministério da Cultura já abriu editais e designou representantes para compor e
777 gerenciar esses comitês, incluindo a nomeação do presidente do comitê
778 nacional, que já participou de algumas reuniões, interagindo com a rede de
779 cultura do estado. Mesmo assim, sugeriu que, nos próximos 10 anos, poderia
780 ser criado um projeto próprio para um comitê estadual de cultura, que poderia
781 operar de maneira similar ao nacional, mas com foco em atender necessidades
782 locais. Ele indicou que esse projeto estadual poderia ser incluído como uma meta
783 no Plano Estadual de Cultura, mas com a ressalva de que incluir ações no plano
784 não garante a execução imediata dessas metas; em vez disso, trata-se de criar
785 um documento estratégico com diretrizes para serem monitoradas e
786 desenvolvidas a longo prazo. Também sublinhou que o Plano Estadual de
787 Cultura serve como uma ferramenta de planejamento e acompanhamento das
788 ações culturais, que cabe tanto ao Conselho Estadual de Cultura quanto à classe
789 artística como um todo. Ele mencionou o papel dos observatórios culturais,
790 fóruns e demais entidades na coleta e no compartilhamento de dados, os quais
791 devem ser encaminhados tanto para a Secretaria quanto para o Conselho
792 Estadual de Cultura para garantir que o plano seja monitorado com eficiência.
793 Além disso, ele reforçou a necessidade de que as propostas para o plano tenham
794 origem nas discussões e demandas da comunidade cultural e dos conselheiros,
795 para que o conteúdo do documento seja realmente representativo das vozes
796 envolvidas. Ele fez questão de enfatizar que, apesar de trazer sugestões e
797 pontos de observação, o papel principal na elaboração do texto e nas propostas
798 finais é do grupo como um todo. **Guto Domingos** expressou que o Plano e o
799 Sistema de Cultura ainda não definem com clareza o papel dos comitês de
800 Cultura, o que tem gerado confusões sobre suas funções. Ele apontou que, ao
801 apresentar a proposta, muitas vezes a presença dos comitês é percebida como
802 se estivessem competindo ou se sobrepondo aos Conselhos Municipais e
803 Estaduais de Cultura, o que não é o caso. Ele explicou que esses comitês
804 deveriam ser compreendidos como orientações e iniciativas nacionais que
805 complementam e não substituem as instâncias locais. Guto sugeriu que o
806 Conselho, como parceiro na elaboração do Plano Estadual de Cultura, poderia
807 propor a transformação desses comitês em uma estrutura de Observatório
808 Estadual de Cultura, alinhado com a Secretaria de Cultura e com as setoriais
809 culturais estaduais. Ele acredita que esse Observatório poderia seguir as
810 diretrizes nacionais, mas adaptado à realidade e às necessidades do estado. Ele
811 sugeriu que, ao longo dos 10 anos de vigência do plano, um modelo adequado
812 para o Observatório fosse desenvolvido e consolidado. Dessa forma, os comitês
813 poderiam fazer parte desse Observatório, contribuindo para o monitoramento e



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

814 a integração das políticas culturais do estado, além de facilitar a conexão com
815 as diretrizes nacionais de forma mais coesa e estruturada. **Dr. Sergio Cruz**
816 ressaltou que o Observatório Estadual de Cultura deve manter uma certa
817 independência institucional e não pode estar diretamente vinculado ao poder
818 público. Ele esclareceu que essa independência é fundamental para garantir a
819 isenção nas ações e análises promovidas pelo Observatório, permitindo que ele
820 atue sem influência direta ou pressões políticas do governo ou de outros órgãos
821 públicos. Ele apontou que, embora o Observatório não deva estar diretamente
822 ligado ao poder público, ele pode e deve estabelecer parcerias e convênios com
823 órgãos estatais e outras instituições. Essas colaborações permitiriam ao
824 Observatório acessar recursos e dados necessários para suas atividades, ao
825 mesmo tempo em que preservam sua autonomia e imparcialidade. **Dr. Sergio**
826 **Cruz** continuou explorando a ideia de comitês estaduais como alternativa ao
827 Observatório, questionando a estrutura e função desses comitês e como eles
828 poderiam coexistir com o Conselho sem conflito. Ele esclareceu que, ao criar
829 comitês estaduais como espelhos da estrutura federal, é preciso cautela para
830 evitar sobreposição de funções, o que poderia gerar conflitos entre as instâncias
831 estadual e federal. Uma sugestão apresentada foi a possibilidade de estabelecer
832 convênios com o comitê federal. Dessa forma, a colaboração permitiria aos
833 comitês estaduais desenvolverem um trabalho alinhado às diretrizes nacionais
834 sem a necessidade de criar estruturas independentes que possam sobrecarregar
835 ou duplicar funções do sistema já existente. Ele incentivou que o grupo refletisse
836 sobre essa alternativa, deixando claro que sua proposta era uma sugestão para
837 estimular o debate, ressaltando a importância de se formular questões
838 propositivas para entender e definir um modelo funcional adequado ao contexto
839 estadual. **Dr. Sérgio Cruz** perguntou quem poderia fazer um levantamento
840 rápido sobre a questão dos comitês estaduais e trazer as informações ainda para
841 a discussão da tarde, enfatizando a importância de contar com dados atualizados
842 para avançar nas deliberações. Ele destacou que a criação dos comitês
843 estaduais está anotada como um ponto importante na pauta e merece atenção
844 para sua execução correta. **Guto Domingos** sugeriu que a questão fosse
845 discutida em outra oportunidade, ressaltando sua complexidade e a necessidade
846 de um aprofundamento que descolasse do texto atual para não comprometer a
847 compreensão. **Rila Arruda** comentou sobre o processo no âmbito federal,
848 explicando que, no modelo atual, o edital federal estabelece critérios para
849 inscrição e seleção, com mandatos definidos de 2 a 4 anos para os participantes.
850 Augusto adicionou que essa estrutura também é aplicável a redes
851 organizacionais. **Dr. Sérgio Cruz** concordou com a sugestão de Guto, reiterando
852 que a questão da criação dos comitês estaduais seria tratada posteriormente,
853 deixando o ponto temporariamente suspenso. Isso permitiria uma análise mais
854 detalhada e organizada em um momento oportuno, com todos os dados
855 necessários. **Guto Domingos** trouxe uma questão fundamental sobre a
856 identificação dos agentes culturais e a complexidade na classificação de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

857 trabalhadores da cultura, artistas e fazedores de cultura. Ele apontou que a
858 terminologia confusa entre esses grupos gera problemas, destacando que a
859 conferência de cultura incorporou um foco setorial específico, principalmente no
860 setor de dança, que sinaliza como o Plano Nacional de Cultura e o Sistema
861 Nacional de Cultura muitas vezes não contemplam adequadamente as
862 necessidades dos artistas. Por isso, ele defende que o título do Plano Estadual
863 inclua "Cultura e Arte", realçando que este deve reconhecer as especificidades
864 dos artistas, que vão além das atividades culturais gerais. Também criticou o fato
865 de que, atualmente, o processo de inscrição em editais exige que os artistas
866 dialoguem com diversos setores sociais e atendam a critérios de
867 representatividade (LGBTQPN+, raciais, etc.), tornando-os, em suas palavras,
868 "burocratas" e desviando-os da criação artística em si. Ele acredita que essa
869 exigência burocrática desvia o foco da essência artística e propõe que o novo
870 plano inclua termos que reconheçam essas especificidades, valorizando o papel
871 exclusivo do artista em relação aos outros fazedores de cultura. **Rila Arruda**
872 sugeriu que o termo adequado seria "conselho nacional de política cultural,"
873 enquanto Augusto insistiu na necessidade de clarificar a diferença entre cultura
874 e arte. Ele ressaltou que, embora a arte faça parte da cultura, nem tudo na cultura
875 envolve a arte diretamente — um entendimento que ele considera fundamental
876 para construir uma política cultural mais sensível às particularidades dos artistas.
877 **Marcelo Dias**, que chegou mais tarde, pediu desculpas pelo atraso devido a
878 estar de férias e enfrentando questões de saúde. Ele mencionou que, embora
879 tenha opiniões mistas sobre o material, reconhece a importância da aglutinação
880 de esforços e se compromete a observar os encaminhamentos finais da reunião
881 para contribuir no que puder. **Dr. Sérgio Cruz** pediu a Marcelo Dias que
882 fornecesse uma visão sobre os comitês e suas funções, especialmente no
883 contexto da proposta atual de Cultura (item 1.1), onde se menciona a ideia de
884 um cadastrador de Cultura atuando como repositório dos comitês. No entanto,
885 Dr. Sérgio apontou que os comitês possuem regulamentações federais
886 específicas, o que traz desafios para sua integração com estruturas estaduais.
887 Ele sugeriu que Marcelo, mesmo estando de férias, poderia, durante o almoço,
888 consultar colegas de órgãos federais para esclarecer melhor essa questão,
889 aproveitando sua experiência e acesso a informações relevantes. **Marcelo Dias**
890 prontamente respondeu, oferecendo um panorama rápido sobre os instrumentos
891 do governo federal, destacando que o Ministério da Cultura possui órgãos
892 vinculados, como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional),
893 ao qual ele faz referência crítica. Mencionou que o IPHAN está em uma situação
894 complicada, o que pode impactar sua atuação e o alinhamento das funções dos
895 comitês de cultura no contexto estadual e federal. **Marcelo Dias** explicou sobre
896 os instrumentos externos do governo federal, como os Pontões de Cultura,
897 Pontos de Cultura, Pontinhos e Pontos de Leitura, além dos comitês, enfatizando
898 que estes são instrumentos selecionados via editais e recebem recursos do
899 governo federal para implementarem políticas públicas. Ele destacou que,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

900 apesar de receberem recursos e serem vinculados ao Ministério da Cultura por
901 programas específicos, eles não possuem uma conexão direta com o ministério,
902 mas uma vinculação indireta por meio desses programas. Esclareceu que essas
903 instituições são geralmente do terceiro setor, incluindo associações, fundações
904 ou organizações sem fins lucrativos, como as OSIPs, que atuam no setor
905 cultural. No caso específico dos comitês e dos Pontos de Cultura, o vínculo
906 estabelecido pelo edital dura dois anos, permitindo a execução de ações com
907 financiamento federal por esse período. Ele também explicou que há um
908 escritório do Ministério da Cultura nos estados, e este coordena as ações,
909 enquanto os Pontões e comitês são vinculados apenas pelo programa federal e
910 têm repasses específicos que variam conforme o instrumento. Marcelo se dispôs
911 a esclarecer eventuais dúvidas adicionais sobre o funcionamento desses
912 instrumentos. **Rila Arruda** acrescentou que, além dos comitês e dos Pontões de
913 Cultura, o escritório também inclui um ponto de memória como parte desses
914 instrumentos externos, alinhado com as iniciativas de atuação cultural indireta
915 promovidas pelo governo federal. **Marcelo Dias** explicou que o ponto de
916 memória é mais um programa vinculado ao Ministério da Cultura, reforçando a
917 importância de criar uma sede própria para o escritório no Amazonas, visto que
918 o atual espaço é emprestado pelo IPHAN. Ele destacou que a necessidade de
919 um local próprio é fundamental para proporcionar suporte aos programas de
920 cultura no estado, como bibliotecas, comitês de cultura, e especialmente para o
921 "pontão de cultura", que poderia, de uma sala, apoiar os pontos de cultura e
922 leitura. Ele mencionou que a Secretaria de Cultura do estado e do município
923 deveriam entender e apoiar essa proposta, pois a estrutura própria permitiria
924 uma atuação administrativa mais eficiente no gerenciamento desses
925 instrumentos culturais externos vinculados ao Ministério da Cultura via edital. **Dr.**
926 **Sérgio Cruz** destacou que a decisão sobre o uso da verba da PNAB não foi
927 tomada exclusivamente pela Secretaria de Cultura, mas sim pelo Conselho
928 Estadual de Cultura. Ele explicou que as propostas de aplicação desses recursos
929 públicos foram apresentadas ao conselho, que deliberou sobre a melhor forma
930 de utilizar essa verba. **Marcelo Dias** expressou lamento pela falta de apoio à
931 proposta que poderia ter impulsionado o avanço estrutural da cultura. Ele
932 reforçou a importância de unir esforços entre a União, o Estado e o município,
933 apesar do obstáculo, e enfatizou que, com o início do Plano Estadual de Cultura,
934 fica evidente a necessidade de fortalecer esses instrumentos de apoio.
935 Mencionou que a criação de um espaço com estrutura adequada seria benéfica,
936 especialmente para apoiar pessoas do interior, oferecendo internet, áreas de
937 convivência e outros recursos essenciais. Ele ressaltou que a integração desses
938 pontos, como pontos de memória, leitura, cultura e outros, como o apoio da
939 Funarte e da Biblioteca Nacional, contribuiria para uma infraestrutura mais
940 inclusiva e integrada para o desenvolvimento cultural. **Symone Farias** sugeriu
941 que a proposta pode ser reapresentada para sensibilizar os conselheiros em uma
942 próxima reunião, enfatizando que o direcionamento da verba foi uma decisão do



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

943 Conselho, priorizando a criação de uma sede própria. Ela apontou que essa
944 prioridade reflete tanto o atendimento aos artistas quanto à própria estrutura do
945 Conselho, que também não possui uma sede própria. Esse direcionamento de
946 verba busca atender a uma necessidade significativa de espaço físico adequado,
947 o que foi contemplado na decisão sobre o uso da verba. **Marcelo Dias**
948 esclareceu que a intenção não era exatamente reivindicar uma sede nova, pois
949 já identificaram um prédio federal que poderia servir como sede, necessitando
950 apenas de uma reforma significativa. Ele ressaltou que, diferentemente do
951 Conselho, eles já têm esse espaço e estão solicitando apoio para a reforma.
952 Mencionou que, de acordo com os incisos da PNAB, há respaldo para direcionar
953 verbas para reforma de equipamentos culturais, o que poderia beneficiar não só
954 o escritório administrativo, mas também a Casa da Música e a Casa da Dança,
955 que atendem centenas de alunos em condições precárias. Destacou que essa
956 proposta buscava devolver à sociedade um espaço cultural que está se
957 perdendo. No entanto, reconheceu que a proposta foi votada e não aceita,
958 afirmando que não há ressentimentos e que a equipe continuará buscando
959 outras soluções. **Dr. Sérgio Cruz** destacou que a questão sobre a sede foi
960 apenas para esclarecer o entendimento do Conselho. Ele ressaltou que a sede
961 já existe, mas requer reformas e reestruturações para se tornar funcional. A
962 decisão dos conselheiros foi, portanto, priorizar o apoio à infraestrutura do
963 escritório estadual de cultura. Em relação aos comitês, Dr. Sérgio explicou que
964 o foco da discussão não é o processo de criação dos comitês, mas sim entender
965 o propósito e a função que eles devem desempenhar. Ele mencionou que, de
966 acordo com o que foi decidido na conferência estadual, o cadastro estadual foi
967 apontado como um repositório para esses comitês. Dr. Sérgio reconheceu que,
968 embora haja certa incoerência nessa escolha, essa foi a decisão que a
969 sociedade, na conferência, julgou ser a mais adequada para o plano estadual de
970 cultura naquele momento. **Marcelo Dias** esclareceu a função dos comitês de
971 cultura e dos agentes territoriais no contexto do plano estadual de cultura. Ele
972 destacou que os comitês, que são parte da Secretaria Nacional de Cultura, têm
973 uma função importante de representação da sociedade civil organizada e do
974 território. Além disso, mencionou que os agentes territoriais, que foram
975 selecionados através de um edital, vão atuar no levantamento da realidade
976 cultural dos territórios, recebendo uma bolsa e um auxílio para internet. Esse
977 levantamento será essencial para a coleta de dados e informações sobre a
978 cultura local. Marcelo também explicou que, em vez de ser um simples cadastro,
979 o processo é um levantamento, que envolve a coleta de dados e escutas
980 realizadas pelos conselheiros e agentes culturais. Ele ressaltou que essas
981 informações serão usadas para alimentar tanto o cadastro estadual quanto o
982 municipal, com a migração dessas informações para o sistema nacional, Maps.
983 Esse ciclo de dados ajudará a tornar as informações mais robustas e precisas,
984 e ele mencionou estar em contato com a equipe de tecnologia para garantir que
985 os cadastros municipal e estadual se integrem corretamente. **Marcelo**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

986 esclareceu que há uma diferença entre o cadastro estadual de cultura do
987 governo do Amazonas, que é mais robusto, e o cadastro federal, que é mais
988 simplificado, contendo menos itens. Ele também observou que esse ponto já foi
989 discutido antes e sugeriu a necessidade de encontrar uma solução de
990 convergência para alinhar os esforços entre agentes **Dr. Sérgio Cruz** sugeriu
991 conversar com Marcelo mais tarde para fazer um alinhamento e pediu que ele
992 falasse um pouco mais sobre a questão dos comitês no início da tarde, se
993 possível. **Guto Domingos** destacou que o comunicado que ele pretende fazer é
994 imperativo, pois afetará a organização da representação da dança no estado do
995 Amazonas. Ele enfatizou a importância da atenção do conselho e da ampla
996 divulgação do que ele está prestes a expor. **Dr. Sérgio Cruz** perguntou
997 rapidamente se o comunicado de Guto Domingos estava relacionado ao Plano
998 Estadual de Cultura. Guto confirmou que sim, o que levou Dr. Sérgio a mencionar
999 que autorizaria a continuidade do comunicado, dado que ele era pertinente ao
1000 plano. Guto Domingos, delegado setorial da Dança, fez um comunicado oficial
1001 ao Conselho Estadual de Cultura (CONEC) e aos profissionais de dança do
1002 Amazonas. Ele destacou que, como membro de diversas comissões e relator da
1003 frente parlamentar da Dança, estava exercendo uma medida de intervenção na
1004 direção da Rede Amazonas das Danças. A ação foi motivada pela ausência de
1005 um plano de gestão da diretoria eleita em 18 de setembro de 2024 e pela falta
1006 de uma resposta política da entidade em temas relevantes para o setor, como
1007 políticas estruturantes no movimento da dança. Diante disso, Guto anunciou que,
1008 por orientação e amparo da comissão setorial, estava tomando a posição de
1009 interventor e destituindo André Marcos Duran do cargo de presidente da rede e
1010 suspendendo sua filiação. Ele determinou que outros membros da direção
1011 estadual seriam convocados para uma reunião presencial, com a ausência
1012 resultando em exoneração automática dos cargos. Essa intervenção teria um
1013 prazo de três meses, podendo ser prorrogada. **Rila Arruda** fez um registro
1014 mencionando que este ano atuou como mediadora e presenciou dois protestos
1015 relacionados à dança no contexto estadual e municipal. Ela destacou que estava
1016 testemunhando essas manifestações, provavelmente para deixar registrado os
1017 acontecimentos e a natureza das queixas levantadas pelos representantes de
1018 dança durante as discussões. **Dr. Marcelo Dias** expressou preocupação com a
1019 gravidade do comunicado de Guto Domingos, sugerindo que o assunto não
1020 deveria ser discutido naquela reunião, dado seu teor sério. Ele propôs que Guto
1021 formalizasse a questão junto ao Conselho, recomendando que ela fosse tratada
1022 em um ambiente específico e por meio de uma decisão colegiada. **Guto**
1023 **Domingos**, em resposta, afirmou que estava apenas fazendo uma
1024 comunicação. **Marcelo Dias** também concordou que o comunicado não cabia
1025 naquele contexto, recomendando que fosse levado formalmente ao Conselho
1026 para uma avaliação apropriada. **Dr. Sérgio Cruz** orientou que o comunicado de
1027 Guto Domingos fosse registrado na ata da reunião de forma simplificada. Ele
1028 pediu que não fosse incluído o texto completo ou o conteúdo exato do



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1029 comunicado, mas apenas que se registrasse que Guto apresentou um
1030 comunicado e uma decisão formal. Esse registro seria para efeito de ata, sem a
1031 transcrição integral do comunicado. **Marcelo Dias** comentou que o informativo
1032 era importante e sugeriu que ele daria esclarecimentos adicionais sobre os
1033 agentes territoriais posteriormente. **Dr. Sergio Cruz** inicia explicando o papel da
1034 PGE no contexto do Conselho Estadual de Cultura. Ele menciona que a PGE
1035 tem uma participação importante, devido aos "impedimentos e restrições"
1036 impostos pela LGPD. Esta legislação exige que informações pessoais sejam
1037 tratadas com cuidado e de acordo com normas específicas de privacidade,
1038 afetando o modo como os dados culturais podem ser organizados e
1039 compartilhados. Destaca que a PGE terá a palavra final em qualquer questão
1040 que envolva o cumprimento dessas regras de proteção de dados. Isso é
1041 especialmente relevante para processos que exigem transparência e legalidade,
1042 indicando a necessidade de conformidade com o rito jurídico. Prossegue
1043 destacando que existem "propostas convergentes", ou seja, sugestões que
1044 coincidem entre a conferência estadual e a nacional. Ele explica que essas
1045 propostas convergentes são importantes, pois representam uma demanda
1046 comum nas conferências e, portanto, podem ser priorizadas como metas ou
1047 estratégias. Ele define "convergência" como alinhamento entre propostas
1048 semelhantes feitas em ambas as esferas, o que permite uma análise e
1049 consideração conjunta. Este ponto serve como critério de triagem para as
1050 sugestões, de modo que ideias alinhadas possam ser implementadas com maior
1051 facilidade. **Rila Arruda** intervém para compartilhar uma observação sobre os
1052 documentos. Ela esclarece que os materiais em análise incluem as propostas
1053 estaduais de cultura e suas correlações com as propostas nacionais, reunindo
1054 os temas de interesse comum. Ela menciona que esses documentos foram
1055 previamente analisados e que há comentários da assessoria jurídica, o que ajuda
1056 na avaliação de viabilidade. Rila observa que algumas propostas são específicas
1057 ao estado do Amazonas, enquanto outras são voltadas para o plano nacional.
1058 Essa diferenciação ajuda a estruturar as ações conforme o âmbito de
1059 aplicabilidade. Em resposta, **dr.Sérgio Cruz** detalha o processo de convergência
1060 das propostas. Ele menciona que, assim como o Estado fez propostas
1061 específicas, os municípios também fizeram sugestões locais e para o plano
1062 estadual. Reitera que a "comissão" já fez uma triagem das propostas e verificou
1063 quais estão alinhadas com o plano nacional e o estadual, trazendo ao conselho
1064 apenas as que possuem convergência entre essas esferas. Ele afirma que, caso
1065 surjam outras propostas que também possam ser incluídas, é possível fazer
1066 ajustes para integrá-las na estrutura proposta.
1067 A proposta discutida visa a criação de um programa de "busca ativa" para
1068 identificar artistas com deficiência (PCD) e neurodivergentes, valorizando suas
1069 práticas artísticas e culturais. Sergio menciona que este ponto de busca ativa
1070 está alinhado com a desburocratização do cadastro cultural e com a inclusão de
1071 práticas artísticas de grupos com necessidades específicas.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1072 Ele afirma que o termo "neurodivergente" foi incluído fielmente à proposta inicial,
1073 com o objetivo de não modificar a redação sem consenso. Esse cuidado com a
1074 terminologia reflete o desejo de respeitar a linguagem proposta pela própria
1075 comunidade. Cadastro de Empresas Produtoras Culturais:
1076 A proposta seguinte é a criação de um cadastro de empresas produtoras
1077 culturais, com o intuito de facilitar o acesso do público e de patrocinadores
1078 interessados em apoiar projetos culturais. Sergio aponta que já existe um
1079 cadastro estadual, mas sugere que haja uma adequação para incluir pessoas
1080 jurídicas (CNPJs), visto que atualmente o foco parece ser nas pessoas físicas.
1081 Sergio explica que seria necessário verificar se as produtoras culturais já estão
1082 registradas no cadastro estadual por meio de CNPJ, ou se seria necessário um
1083 ajuste. Ele propõe que isso seja feito em consulta com a comissão, evitando
1084 assim uma decisão unilateral. O assessor jurídico deixa claro que o objetivo é
1085 assegurar que as empresas culturais estejam listadas no cadastro para atender
1086 às necessidades dos projetos culturais e também facilitar seu acesso a editais e
1087 financiamentos. **Marcelo Dias** faz uma sugestão sobre o cadastro das
1088 produtoras culturais. Ele menciona o Cadastur, um sistema de cadastro utilizado
1089 pelo governo estadual do Amazonas e, possivelmente, por outros estados no
1090 Brasil, para eventos e produtores culturais. Ele explica que o Cadastur é uma
1091 plataforma bem estruturada, que, apesar de ser complexa, oferece uma
1092 certificação rápida e eficaz para as empresas do setor.
1093 Marcelo enfatiza que o cadastro confere "fé pública" às empresas registradas, o
1094 que garante a autenticidade e a legalidade das informações fornecidas. Além
1095 disso, ele destaca que, ao usar esse sistema, é possível que empresas se
1096 habilitem a participar de grandes eventos como o "Rock In Rio Amazônia", por
1097 exemplo. Para isso, as empresas precisam estar cadastradas e com a
1098 documentação regularizada. No entanto, Marcelo alerta que adicionar muitas
1099 funções a esse cadastro pode tornar o processo mais complexo, dificultando a
1100 adesão de produtores e empresas ao sistema. **Rila Arruda** traz uma observação
1101 sobre o uso de termos na discussão, ressaltando que, muitas vezes, as pessoas
1102 têm participação social nas preferências estaduais e municipais, mas quem
1103 mediar essas ações não faz uma assessoria técnica adequada, muitas vezes por
1104 desconhecimento. Ela aponta que certos termos podem não ser os mais
1105 apropriados, e ao ler o mapeamento de empresas produtoras culturais, acredita
1106 que ele vai além do cadastro do Ministério do Turismo, já que esse cadastro tem
1107 objetivos diferentes. Ela conhece várias produtoras culturais que não estão
1108 ligadas ao turismo e não trabalham com eventos. Rila não tem certeza sobre
1109 como deveria ser esse mapeamento, mas acredita que é isso que se espera. **Dr.**
1110 **Sergio Cruz** questiona como proceder nesse ponto, sugerindo a criação de uma
1111 estratégia ou ação para o mapeamento das empresas produtoras culturais, e
1112 Rila segue explicando que sua fala está no alinhamento com a proposta
1113 discutida. **Guto Domingos** traz duas questões para discussão. Primeiramente,
1114 ele menciona que, ao falar sobre produtores culturais, parece que estão criando



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1115 uma nova categoria dentro do segmento cultural, que poderia ser confusa, já que
1116 existem produtores que são pessoas físicas e outros que são empresas. Ele
1117 destaca que a setorial argumenta que os recursos do plano nacional de cultura
1118 devem ser destinados para os artistas, e não para empresas. As empresas, na
1119 opinião de Guto, devem buscar financiamento em fontes como o BNDES e não
1120 no fundo de cultura. **O conselheiro Roberto Sá** traz à tona a questão do preparo
1121 dos artistas para acessar a linguagem necessária e argumenta que muitas
1122 vezes, um artista não tem conhecimento técnico sobre como acessar certos
1123 recursos e se envolve com as empresas para buscar patrocínio. **Guto Domingos**
1124 concorda, mas lembra que essa demanda vem da conferência. **O conselheiro**
1125 **Roberto Sá** continua mencionando que o artista é um profissional da arte, mas
1126 frequentemente falta a ele o conhecimento sobre a parte burocrática e técnica.
1127 Eles discutem se essa distinção entre a função do produtor cultural e a de uma
1128 empresa produtora deveria ser mais clara, pois as produtoras de empresas,
1129 como a TV Amazonas, por exemplo, não deveriam buscar dinheiro no fundo
1130 estadual de cultura, ao contrário de artistas individuais. **Rila Arruda** finaliza
1131 comentando que seria importante ter um glossário técnico para evitar confusões,
1132 algo que parece faltar no processo atual. Ele também sugere que mais ações
1133 poderiam ser tomadas dentro dos fundos de cultura. Ele lembra que a
1134 conferência e os fóruns técnicos discutiram a inclusão de profissionais como
1135 iluminadores, produtores de palco e operadores de som no conselho nacional,
1136 uma questão importante para fortalecer a representatividade desses
1137 profissionais na cultura. **Marcelo Dias** começa sua fala destacando a diferença
1138 entre as produtoras com fins lucrativos e as sem fins lucrativos. Ele enfatiza a
1139 importância de entender essa distinção, pois o tipo de produtora influencia o
1140 caráter do evento realizado. Ele também comenta sobre o objetivo do evento,
1141 mencionando que, se for sem fins lucrativos, não importa se a empresa envolvida
1142 é de grande porte, como a Rede Amazônica. O que importa é que o evento não
1143 busca lucro, mas sim promover a cultura. Ele questiona a ideia de que eventos
1144 sem fins lucrativos, mesmo com grandes empresas envolvidas, estariam
1145 "sugando" recursos públicos. Para ele, o objetivo desses eventos não é gerar
1146 lucro para as empresas, mas sim contribuir para a realização de um produto
1147 cultural que traz benefícios à sociedade. Nesse sentido, ele sugere que, no plano
1148 nacional ou estadual de cultura, os repasses de recursos públicos deveriam ser
1149 exclusivos para eventos sem fins lucrativos. Ele acredita que os eventos com fins
1150 lucrativos não devem ser contemplados com esses recursos, pois o foco desses
1151 eventos é o lucro, não a promoção cultural. Marcelo defende, então, o apoio a
1152 eventos sem fins lucrativos, considerando que, apesar de envolverem empresas
1153 grandes, o importante é a contribuição para o mercado cultural. Ele conclui
1154 afirmando que, quando a atividade cultural não visa lucro, o apoio público é
1155 justificado, uma vez que o objetivo é enriquecer a cultura e a sociedade, e não
1156 beneficiar financeiramente as empresas envolvidas. **Dr. Sérgio Cruz** sugere que
1157 o grupo tire uma foto para registrar o momento da reunião. Ele solicita que a tela



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1158 seja aberta para que todos possam ser incluídos na foto e pede a colaboração
1159 de Marly e dos outros presentes. Após alguns ajustes, ele confirma que a foto
1160 será tirada, mencionando que essa é uma maneira de registrar a reunião
1161 realizada pela manhã. **O secretário geral Pedro Cacheado** fez uma breve
1162 intervenção, agradecendo aos envolvidos pelo trabalho contínuo e incansável
1163 em prol da cultura no estado. Ele expressa sua gratidão por envolver os
1164 delegados, que são considerados as pessoas mais adequadas para falar sobre
1165 o plano estadual de cultura, destacando a importância da conferência e da
1166 participação dos delegados da conferência nacional. Cacheado demonstra
1167 confiança no coletivo e no trabalho que será realizado, com a certeza de que
1168 será um excelente trabalho para a sociedade do Amazonas. Se despede
1169 agradecendo a todos pelo trabalho realizado, especialmente ao Dr. Sérgio, a
1170 quem elogia pela condução do processo. Ele também expressa gratidão às
1171 assistentes administrativas, Jordânia e demais envolvidas, destacando a
1172 importância do trabalho delas. Ressalta o cuidado e carinho com que todos estão
1173 conduzindo as ações do conselho, e finaliza com um gesto afetoso, enviando
1174 um beijo para todos. **Dr. Sérgio Cruz** deu continuidade à pauta da reunião,
1175 afirmando que poderiam usar mais meia hora para finalizar o básico do primeiro
1176 ponto, e acrescentou que esse material seria importante como reflexão inicial
1177 para todos. Ele mencionou que a conselheira Rita já havia feito sua parte e, em
1178 seguida, seriam montadas as propostas e diretrizes em um espelho geral, com
1179 o intuito de disponibilizar as informações para análise dos demais participantes.
1180 Ele destacou que o documento ainda estava em desenvolvimento,
1181 especialmente no que se refere às setoriais culturais, que ainda estavam em fase
1182 de concepção de ideias. Dr. Sérgio listou o terceiro ponto da pauta, sobre a
1183 necessidade de desburocratizar o Cadastro Estadual de Cultura. Segundo ele,
1184 as ações para desburocratização estão vinculadas ao **item 1.1 da proposta da**
1185 **conferência estadual**. Além disso, explicou que o objetivo é realizar convênios
1186 com os municípios, a fim de auxiliar e ampliar o cadastro, com atenção à busca
1187 ativa de artistas no interior do estado. Nesse contexto, mencionou a proposta de
1188 uma busca ativa específica para Pessoas com Deficiência (PCDs), a qual foi
1189 elaborada a partir das discussões de Rila, com base em conversas anteriores da
1190 conselheira Ananda. Essa busca ativa visa incluir artistas com necessidades
1191 específicas e aqueles que apresentam neurodivergências, como, por exemplo,
1192 pessoas com espectro do autismo. **O quarto ponto** abordado foi a criação de
1193 um Observatório Híbrido, alinhado com as setoriais culturais. Foi consenso que
1194 esse observatório não deveria estar diretamente vinculado ao poder público,
1195 para garantir independência e evitar interferências políticas. O papel do
1196 observatório seria monitorar, analisar e emitir alertas, conforme necessário. **O**
1197 **quinto ponto** discutido foi a democratização do acesso à cultura, com o objetivo
1198 de facilitar o cadastro para artistas e profissionais culturais de regiões remotas.
1199 Esse ponto está ligado a outro eixo que inclui a estruturação de internet e a
1200 disponibilização de equipamentos tecnológicos nos municípios, garantindo que



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1201 mais pessoas tenham acesso à plataforma de cadastramento. **O sexto ponto** foi
1202 sobre a estrutura de divulgação cultural, que também consta em outro eixo, mas
1203 foi incluído nesse tópico para iniciar a discussão sobre como os artistas podem
1204 divulgar seus projetos, inclusive em outras regiões, como a capital. A ideia é
1205 possibilitar que artistas do interior tenham meios de promover seu trabalho e
1206 atrair público de diferentes localidades. **O sétimo ponto** trouxe à pauta a criação
1207 de comitês estaduais, uma sugestão levantada por Marcelo Dias, que se
1208 encontra em fase inicial e ainda requer mais explicações sobre seu propósito. **O**
1209 **oitavo ponto** discutiu a importância de mapear as empresas produtoras culturais
1210 no estado. Este mapeamento ainda é uma ideia inicial, que deverá ser melhor
1211 desenvolvida pelos participantes. Por fim, **o nono ponto** abordado foi a criação
1212 de um glossário de cultura. O objetivo do glossário é fornecer orientações para
1213 que artistas e participantes do setor cultural compreendam os termos mais
1214 adequados e coerentes, ajudando-os a alinhar seus projetos com a terminologia
1215 específica de suas áreas. Concluiu mencionando que, após organizarem a
1216 estrutura dos pontos, o documento será encaminhado a todos para que possam
1217 desenvolver suas propostas. Ele também mencionou que poderiam convidar
1218 Gustavo Kienen para contribuir com uma metodologia apropriada, inspirada em
1219 práticas de outros conselhos e adaptada à realidade local. Destacou que está
1220 aberto a sugestões de metodologias e formatos, ressaltando a importância de
1221 discutir desafios, objetivos, direitos, estratégias, ações, metas e indicadores para
1222 o desenvolvimento da cultura no estado. **Guto Domingos** observou que no
1223 ponto 1.2, ou até mesmo no ponto 2, haveria uma oportunidade para aprimorar
1224 a próxima proposta. Ele comentou que as propostas discutidas até o momento
1225 parecem ter um enfoque mais tecnológico, especialmente em questões de
1226 acessibilidade e desenvolvimento de plataformas digitais, que são relevantes
1227 para viabilizar o ponto 1.2. Em sua opinião, as propostas apresentadas até agora
1228 são bem direcionadas ao uso da tecnologia e à acessibilidade. No entanto, ele
1229 destacou que é fundamental também incluir ações objetivas e práticas, como
1230 cursos de formação técnica, para que os objetivos do plano sejam amplamente
1231 atingidos. Sugeriu uma abordagem estruturada: propôs que o conselho iniciasse
1232 pelo ponto 1.1 e o discutisse em detalhes. Em seguida, passaria para o ponto
1233 1.2, com uma análise detalhada, de modo a construir uma síntese dos dois
1234 pontos. Essa metodologia, segundo ele, proporcionaria uma visão mais clara e
1235 organizada do que deve ser implementado e ajudaria na compilação final das
1236 propostas. **Rila Arruda** sugeriu que, ao invés de "indicadores", o termo ideal para
1237 o documento seria "resultados" ou "impactos esperados". Ela observou que
1238 indicadores são, na verdade, componentes mais técnicos e específicos, que
1239 divergem um pouco da natureza dos resultados que estão sendo discutidos. Ela
1240 argumentou que o objetivo seria definir não apenas quais seriam os impactos
1241 esperados, mas também como os resultados poderiam ser medidos de maneira
1242 clara. Isso incluiria a criação de indicadores específicos para avaliar esses
1243 processos e os impactos previstos. Rila destacou que, enquanto os objetivos são



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1244 mais amplos, as metas deveriam ser práticas e orientadas para resultados
1245 mensuráveis. Em seguida, ela questionou sobre o próximo passo após o trabalho
1246 do conselho, especialmente considerando o convite feito aos delegados para
1247 análise das propostas recebidas durante a conferência. Ela perguntou se, depois
1248 dessa etapa, o conselho chamaria os setores para que eles elaborassem suas
1249 propostas setoriais, permitindo um aprofundamento específico das ações. **Dr.**
1250 **Sérgio Cruz** esclareceu que, após a atual etapa de discussões, será elaborado
1251 um texto geral que trará uma separação clara entre os objetivos e os setores
1252 envolvidos. Ele destacou a importância de identificar quais setores e instituições
1253 deverão participar de cada área, conforme as responsabilidades e limitações de
1254 cada um. Por exemplo, para a formação técnica, seria necessário verificar a
1255 competência de instituições como a Secretaria de Educação e o IPHAN, embora
1256 este último seja federal. Ele explicou que, no caso de formação técnica, a
1257 Secretaria de Educação pode ter restrições, já que está limitada pela Lei de
1258 Diretrizes e Bases da Educação, que define suas responsabilidades primárias
1259 em relação ao ensino médio e superior. Assim, a colaboração e o envolvimento
1260 de outros setores serão essenciais para mapear as transversalidades e
1261 estabelecer parcerias adequadas. Também mencionou que, após a criação da
1262 Lei do Plano Estadual de Cultura, será feito um cronograma que possibilitará a
1263 execução das ações planejadas. Esse cronograma especificará os prazos para
1264 cada objetivo, considerando o que pode ser feito a curto, médio e longo prazo.
1265 Além disso, ele destacou a importância de respeitar as divisões de competências
1266 entre União, Estados e Municípios conforme o sistema federativo brasileiro. A
1267 Constituição atribui a responsabilidade da educação básica aos municípios,
1268 limitando a atuação direta do Estado nesse âmbito, e permitindo a intervenção
1269 apenas do MEC em certas áreas. **Guto Domingos** concordou em grande parte
1270 com a visão do Dr. Sérgio Cruz sobre os limites de atuação entre as esferas de
1271 governo, mas ressaltou que o papel do Estado, embora restrito a certos limites
1272 legais, pode ser de "indutor". Ele explicou que, apesar de o Estado não ter
1273 autoridade para ditar ações diretamente aos municípios, ele pode, sim, criar
1274 iniciativas que incentivem e direcionem as políticas municipais. Ele comparou
1275 essa abordagem com a do Governo Federal, que, ao criar a Conferência
1276 Nacional de Cultura, induziu a sociedade e as instâncias estaduais e municipais
1277 a discutir questões culturais de maneira mais organizada. Assim, segundo Guto,
1278 o Estado pode atuar como um agente que inspira e guia ações locais, mesmo
1279 sem interferir diretamente ou impor medidas, criando mecanismos que
1280 promovam o diálogo e a ação alinhada às políticas culturais em nível estadual e
1281 nacional. **Dr. Sérgio Cruz**, embora tenha reconhecido a validade da perspectiva
1282 de Guto Domingos, parecia estar se referindo ao processo futuro de identificação
1283 das alternativas possíveis dentro da estrutura de governo. Ele sugere que, ao
1284 avançar nas discussões, as opções e caminhos que podem ser seguidos serão
1285 mais claros, permitindo uma definição mais precisa das ações e da
1286 implementação das políticas culturais, levando em consideração as limitações



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1287 leis e as possibilidades de indução pelo Estado. **Symone Farias** compartilhou
1288 o progresso do processo atual do Conselho Estadual de Cultura (CONEC),
1289 destacando que a primeira etapa da análise do texto aconteceu no mês anterior.
1290 A análise se concentrou nos eixos centrais da Conferência Nacional de Cultura
1291 e no contexto dos municípios. Ela detalhou o cronograma de trabalho,
1292 mencionando que estão agora na etapa 2, que envolve a análise do caderno
1293 final, um conjunto de propostas que está sendo preparado. Após a conclusão
1294 dessa fase, o caderno será revisado, e a consulta pública será realizada.
1295 Explicou que, após a consulta, o próximo passo será a elaboração de um
1296 anteprojeto de lei, que será apresentado como uma minuta do plano estadual de
1297 cultura. Este anteprojeto passará por mais uma revisão e consulta à sociedade.
1298 Depois disso, o texto será submetido ao plenário do Conselho para aprovação
1299 final. Em seguida, será encaminhado à Assembleia Legislativa para se tornar um
1300 projeto de lei formal. **Rila Arruda** falou sobre a autonomia dos estados para criar
1301 seus próprios planos de cultura, destacando que, embora cada estado tenha a
1302 liberdade de definir sua metodologia, o Ministério da Cultura (MinC) oferece
1303 diretrizes e publicações que orientam a elaboração desses planos. Ela explicou
1304 que o processo deve começar com um diagnóstico da situação atual, seguido de
1305 um prognóstico para o futuro. Ela também observou que, no caso do trabalho
1306 atual, o material básico utilizado é o que sobrou das propostas da conferência
1307 estadual de cultura, destacando que a maioria das propostas era de âmbito
1308 nacional. Rila esclareceu que, ao se referir a "setoriais", não se referia apenas à
1309 consulta pública, mas sim ao envolvimento das categorias e setores culturais
1310 para dar continuidade ao processo iniciado em 2018. Por fim, ela enfatizou a
1311 importância de seguir as etapas de participação social previstas no Sistema
1312 Nacional de Cultura, destacando que a primeira etapa obrigatória é o
1313 diagnóstico. **Dr. Sergio Cruz** discutiu a questão do diagnóstico no contexto do
1314 plano estadual de cultura, destacando que o diagnóstico não foi realizado na
1315 conferência estadual de cultura. Ele explicou que o processo envolveu um
1316 levantamento geral, mas sem os dados técnicos necessários para um
1317 diagnóstico formal. No entanto, ele argumentou que as propostas levantadas na
1318 conferência, embora não baseadas em dados técnicos, podem ser consideradas
1319 como um "diagnóstico de ausências", ou seja, um levantamento das
1320 necessidades e lacunas identificadas pela sociedade. Também enfatizou que,
1321 embora a conferência tenha resultado em um levantamento de problemas e
1322 necessidades, não se pode alterar os objetivos estabelecidos pela lei. As
1323 propostas que surgirem devem estar alinhadas com os 12 pontos já definidos,
1324 sendo esses considerados como os pilares do plano estadual de cultura. Ele
1325 reiterou que o processo é um prognóstico que visa identificar as áreas que
1326 precisam de foco, como a formação técnica para os profissionais da área cultural,
1327 e que as propostas devem se alinhar a esses pontos previamente acordados.
1328 Por fim, ele apontou que, durante a gestão anterior, não houve um levantamento
1329 técnico ou acompanhamento eficaz do plano estadual de cultura, o que reforça



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1330 a importância de um diagnóstico bem estruturado para o desenvolvimento de
1331 políticas culturais mais eficazes. **Rila Arruda** comentou sobre o problema com o
1332 plano estadual de cultura anterior, destacando que ele nunca se tornou uma lei,
1333 pois não passou pelas etapas necessárias, incluindo consulta e revisão pela
1334 Casa Civil. Ela se referiu à versão anterior do plano, de 2010, e enfatizou que
1335 ele nunca avançou além de uma proposta, sem um resultado legal formal. **Dr.**
1336 **Sérgio Cruz** respondeu explicando que, apesar desse retrocesso, foi feito um
1337 processo diagnóstico com a participação da sociedade, o que levou à formulação
1338 de um prognóstico. Esse prognóstico se concentrou principalmente em identificar
1339 as necessidades, como a necessidade de formação técnica no setor cultural.
1340 Detalhou o processo atual, explicando que, após a coleta de informações, ele
1341 passará por uma consulta pública, onde as propostas poderão ser ajustadas,
1342 mas não será possível adicionar novas propostas. Ele explicou que a inclusão
1343 de novas propostas nesse estágio seria problemático, pois atrasaria o processo
1344 ainda mais, obrigando uma nova rodada de discussões que poderia levar até um
1345 ano. **Rila Arruda** destacou um problema na construção do plano estadual de
1346 cultura, mencionando que nunca houve reuniões setoriais adequadas para
1347 discutir a construção do plano. Ela enfatizou que, durante a conferência estadual
1348 de cultura, não ocorreram encontros setoriais que abordassem diretamente os
1349 18 setores necessários para as propostas nacionais. Embora tenham ocorrido
1350 reuniões, elas não eram especificamente dedicadas à construção do plano
1351 estadual de cultura, pois estavam mais centradas em propostas nacionais, o que
1352 limitou a participação efetiva de todos os segmentos. Ela também mencionou
1353 que a divulgação das reuniões foi inadequada, o que resultou na falta de
1354 participação de vários grupos, como o setor de museus. Rila exemplificou a
1355 situação dizendo que apenas três pessoas de museus participaram, e que o
1356 grupo foi combinado com outros segmentos, o que prejudicou ainda mais a
1357 representatividade e a especificidade das discussões. **Symone Farias**, por sua
1358 vez, tentou explicar que algumas propostas apresentadas na conferência foram
1359 levadas para a construção do plano estadual, mas Rila reforçou que isso não
1360 deve ser confundido com a realização de reuniões setoriais apropriadas, que são
1361 necessárias para uma construção mais eficaz e representativa do plano estadual
1362 de cultura. **Rila Arruda** destacou que, mesmo sendo consultora em 2018, não
1363 houve um processo de consulta adequado para os setores, que não foram
1364 chamados para contribuir de forma efetiva na construção do plano estadual de
1365 cultura. Ela critica a falta de transparência e organização, dizendo que nem o
1366 Ministério sabia como explicar as cartilhas que haviam sido divulgadas, e que
1367 isso gerou dificuldades adicionais no processo de construção do plano. **Symone**
1368 **Farias** afirma que sente a necessidade de defender o processo, mas destaca
1369 que nem o próprio Ministério da Cultura sabia explicar as cartilhas que havia
1370 divulgado sobre a elaboração de planos. Ela menciona isso com confiança,
1371 reforçando que vivenciou essa situação pessoalmente e pode falar sobre isso
1372 com propriedade. **Rila Arruda** comenta que sabe o caminho, as publicações e os



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1373 treinamentos necessários. Ela sugere que, para esclarecer dúvidas, basta conversar
1374 com alguém experiente do Minc. **Symone Farias** ressalta que o Conselho é
1375 responsável por conduzir o processo, incluindo convocar e organizar as reuniões
1376 setoriais. Ela destaca que o papel do Conselho envolve disseminar informações
1377 e coordenar toda essa parte setorial. **Dr. Sérgio Cruz** relatou os desafios
1378 enfrentados durante a organização da Conferência Estadual de Cultura,
1379 ressaltando que o evento teve prorrogações devido a problemas com a
1380 compreensão das orientações ministeriais e à falta de clareza sobre a
1381 obrigatoriedade de reuniões setoriais. Segundo o assessor jurídico, o Ministério
1382 da Cultura falhou em fornecer instruções claras sobre o processo, o que dificultou
1383 a condução da conferência e causou incertezas entre os organizadores. Além
1384 disso, menciona que alguns setores culturais não foram consultados
1385 previamente e que o planejamento acabou ficando corrido. Por conta da
1386 necessidade de incluir as demandas de todos os setores, o plano estadual de
1387 cultura não pôde ser finalizado a tempo. Ele observa que a pressão para aprovar
1388 o plano ainda em dezembro poderia comprometer a qualidade das políticas
1389 culturais, já que uma consulta pública mais abrangente seria essencial para
1390 alinhar o plano com as expectativas da sociedade. **Guto Domingos**
1391 complementa, refletindo que, como resultado do longo tempo de inatividade do
1392 Ministério, a conferência teve que lidar com uma estrutura de organização
1393 desgastada e erros, embora os esforços fossem direcionados ao sucesso do
1394 evento. Ele menciona a complexidade da conferência devido à quantidade de
1395 discussões acumuladas ao longo dos anos e aos erros do Ministério, que
1396 causaram confusão entre os delegados. No contexto das setoriais, Guto
1397 comenta a importância de articular os debates para garantir que as propostas
1398 sejam incorporadas aos planos estaduais, citando o exemplo da setorial de
1399 dança, onde ele identificou questões específicas que precisam ser integradas ao
1400 texto-base. **O conselheiro André Durand** destaca o progresso esperado para o
1401 plano estadual de cultura, com a expectativa de que ele seja finalizado até o final
1402 do ano. Ele ressalta a contribuição de todos os conselheiros, que se reuniram
1403 com suas setoriais, incluindo a de dança, para revisar e aprimorar o texto das
1404 propostas. Menciona a liderança do secretário Kaká nesse processo e lembra a
1405 participação ativa dos conselheiros para consolidar o compilado, o qual foi
1406 entregue à presidência do conselho. Durand também observa que, embora
1407 algumas setoriais estivessem esvaziadas na conferência, houve um esforço de
1408 última hora para garantir a presença desses setores, após uma mudança de
1409 orientação que tornou a participação setorial essencial. Ele aproveita para
1410 reconhecer o trabalho de Guto Domingos, especialmente no segmento de dança,
1411 destacando o valor de suas contribuições. Além disso, chama atenção para uma
1412 desigualdade no sistema educacional: embora o estado exija uma prova prática
1413 de dança no vestibular, ele não oferece essa disciplina nas escolas estaduais.
1414 Essa situação cria uma vantagem para alunos de escolas particulares, que têm
1415 acesso à dança desde cedo, cita o exemplo da Bahia, onde essa exigência foi



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1416 removida do vestibular. Ele encerra expressando confiança de que o plano será
1417 apresentado à assembleia até dezembro. **Dr. Sergio Cruz** prossegue com a
1418 reunião, revisando pontos pendentes e discutindo propostas para a formação
1419 técnica certificada de trabalhadores da cultura. Ele menciona a criação de
1420 escolas de artes e saberes tradicionais nos municípios, que seria viabilizada
1421 através de legislação ou cooperação técnica com Instituições de Ensino Superior
1422 (IES). Essa colaboração garantiria infraestrutura, equipamentos, capacitação
1423 contínua de gestores, e apoio à produção artística e cultural. Destaca a
1424 importância de cursos técnicos para formar artistas e gestores culturais locais,
1425 apontando que essa ação pode ser realizada no âmbito estadual com apoio da
1426 Secretaria de Educação (Seduc), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
1427 Nacional (IPHAN), e da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEAM). Ele
1428 ressalta a FAPEAM como potencial financiadora de bolsas para trabalhadores
1429 da cultura, possibilitando formações dentro e fora do estado. Ele observa que é
1430 necessário levantar as demandas específicas de cada município para priorizar
1431 os cursos por região. Ele sugere que essa etapa seja estruturada
1432 cuidadosamente para atender ao plano estadual de cultura. **Dr. Sérgio Cruz**
1433 retoma a reunião sugerindo uma pausa e depois destaca a necessidade de
1434 observar o segundo ponto discutido, relacionado aos desafios e oportunidades
1435 para implementar cursos técnicos voltados para a cultura. Ele menciona a
1436 importância de incluir os principais entes, como SEDUC, CETAM, UEA e UFAM,
1437 e questiona como o desenvolvimento dos cursos e suas grades curriculares
1438 poderiam ocorrer de forma colaborativa. Também observa a ausência do IPHAN
1439 na discussão e levanta dúvidas sobre a atuação do instituto nas áreas do interior
1440 do estado. **Rila Arruda** traz à tona a importância de se regularizar o Liceu de
1441 Artes e Ofícios, ressaltando que cursos com carga horária superior a 60 horas
1442 precisam ter certificação oficial do MEC (Ministério da Educação). Ela aponta
1443 que, embora o Liceu tenha sido vinculado à Centauro, nunca conseguiu a
1444 regularização necessária junto ao MEC, uma vez que não possui uma estrutura
1445 formalizada, como uma instituição com uma lei de criação institucional e dotação
1446 orçamentária própria. Ela destaca que para que os cursos oferecidos, como
1447 música, dança e teatro, possam ser devidamente reconhecidos e validados, é
1448 necessário que o Liceu se regularize, especialmente com o crescimento e
1449 expansão de suas atividades no interior do estado. Para isso, a instituição
1450 precisa se transformar formalmente em um "Liceu de Artes e Ofícios" com a
1451 devida regulamentação e reconhecimento por parte das autoridades
1452 educacionais. **Dr. Sérgio Cruz** comenta sobre a possibilidade de soluções para
1453 a questão da regularização dos cursos oferecidos pelo Liceu de Artes e Ofícios,
1454 mesmo quando a carga horária excede as 360 horas. Ele sugere que uma opção
1455 seria estabelecer convênios ou parcerias técnicas com entidades já
1456 reconhecidas pelo MEC, como uma forma de validar e certificar os cursos
1457 oferecidos. Essa abordagem, chamada de "cooperação técnica", permitiria que
1458 os cursos fossem reconhecidos sem a necessidade de regularizar a instituição



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1459 diretamente. Ele também lembra que, em discussões passadas na Secretaria
1460 de Cultura, foi sugerido o levantamento de procedimentos para viabilizar essa
1461 alternativa, mas ele não tem informações sobre o andamento dessa proposta.
1462 Levanta a questão de qual é o status atual da situação e sugere que seja feita
1463 uma nova investigação para entender como esse processo pode ser
1464 implementado. **Rila Arruda** concorda com a sugestão de cooperação técnica,
1465 mas ressalta a importância de realizar um diagnóstico claro sobre a formação
1466 dos cursos dentro do contexto do Liceu de Artes e Ofícios. Ela destaca que,
1467 enquanto o processo de regularização não é resolvido, a cooperação técnica
1468 pode ser uma solução viável, mas que é necessário ter um diagnóstico bem
1469 elaborado para garantir a efetividade dessa ação. **Dr. Sérgio Cruz** está propondo
1470 avançar para as ações relacionadas ao levantamento das propostas e à
1471 operacionalização delas. Ele sugere que, para a criação de cursos de
1472 capacitação e informação, a UEA (Universidade do Estado do Amazonas) seria
1473 um ponto de partida mais viável, dada sua estrutura. Também menciona o
1474 CETAM, destacando que cursos acima de 360 horas podem ser mais difíceis de
1475 serem oferecidos sem a devida certificação. Ele está enfatizando a necessidade
1476 de uma abordagem coordenada e formalizada, com foco na criação de ações
1477 efetivas para a implementação desses cursos, incluindo a certificação deles. Ele
1478 sugere um processo de institucionalização das ações a ser discutido. **Guto**
1479 **Domingos** está apresentando um resumo sobre os encaminhamentos
1480 relacionados ao eixo de "Marcos Legais do Sistema Estadual de Cultura". Ele
1481 destaca a importância da formação técnica certificada para trabalhadores da
1482 cultura, especialmente no que se refere às artes e à dança, mencionando
1483 propostas surgidas durante a conferência municipal sobre o tema. Ele sugere
1484 que a formação técnica seja abrangente, incluindo as diversas vertentes das
1485 danças no Amazonas, desde as artísticas e folclóricas até os quilombolas e
1486 originárias. Além disso, ele defende que deve haver uma escola capacitada para
1487 lidar com a diversidade de corpos e níveis cognitivos, e que o Liceu de Artes e
1488 Ofícios Claudio Santoro também deve ser considerado nesse processo, com
1489 professores contratados de acordo com o estatuto dos professores, e não mais
1490 como instrutores. Guto também menciona projetos de lei (PLs) que estão em
1491 tramitação e que afetam diretamente o setor da dança, como a regulamentação
1492 da profissão, a PL 464/4768, que trata da contratação de profissionais
1493 qualificados e da aposentadoria especial para dançarinos (PL 190), além de uma
1494 outra PL que discute os meios da dança. Ele acredita que com o apoio da setorial
1495 de dança e da rede de dança, esses pontos podem ser encaminhados da melhor
1496 forma possível, considerando o suporte político, legal e teórico disponível. **Dr.**
1497 **Sérgio Cruz** está respondendo a Guto Domingos sobre a questão dos marcos
1498 legais e a regulamentação da formação técnica no estado. Ele destaca que,
1499 embora a legislação federal trate de normas que não podem ser discutidas no
1500 plano estadual, ainda há alternativas para adaptar as propostas locais,
1501 especialmente no que diz respeito a fazer um levantamento dos "fazedores de



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1502 cultura e arte". Também menciona que o plano nacional já considera esses
1503 pontos e que seria necessário alinhar as propostas estaduais com o plano
1504 federal, sem perder de vista as necessidades de uma formação preparatória, que
1505 permita aos trabalhadores da cultura transitar entre o ensino técnico e o superior.
1506 Ele faz referência a um comentário anterior do conselheiro, André Durand, sobre
1507 a necessidade de cursos preparatórios, para garantir uma transição eficaz dos
1508 alunos para o ensino superior ou para um percurso de formação mais avançada.
1509 **Guto Domingos** está esclarecendo que já existe uma política pública de dança
1510 no Amazonas, e que o foco deles agora é corrigir lacunas na formação técnica
1511 para os profissionais dessa área. Ele destaca que, embora o estado já tenha
1512 cursos superiores, ainda falta uma parte do processo de formação técnica, que
1513 deveria ser atendida por um curso específico ou certificado. Ele também
1514 menciona que o eixo principal para resolver essa questão dentro da política
1515 pública da dança é justamente o fortalecimento da formação técnica, o que
1516 implica a necessidade de garantir que o curso técnico esteja cumprindo
1517 adequadamente seu papel na capacitação dos profissionais da dança. Guto está
1518 alinhando suas preocupações com a proposta discutida, e aponta que, ao
1519 resolver essas questões, o setor de dança poderá avançar com mais estrutura e
1520 qualidade. **O conselheiro Bjarne Lima Furtado** trouxe um ponto importante
1521 relacionado ao novo ensino médio e seus "itinerários formativos". Ele explicou
1522 que o novo modelo de ensino médio no Brasil, conforme a Base Nacional
1523 Comum Curricular (BNCC), prevê 1.200 horas de itinerários formativos, ou seja,
1524 cursos que os alunos podem escolher para complementar sua formação. Ele
1525 sugere que essa estrutura poderia ser uma solução para as demandas de
1526 formação técnica para as artes e a dança, mas destaca que, para isso, é
1527 necessário estruturar adequadamente esses cursos. Explicou que, para
1528 implementar itinerários formativos na área da dança, seria preciso elaborar um
1529 curso específico, aprová-lo no Conselho Estadual de Educação, e garantir a
1530 qualificação dos profissionais responsáveis pela formação. O curso, uma vez
1531 aprovado, poderia ser inserido no catálogo de opções das escolas. Isso
1532 envolveria levantar custos operacionais, como o pagamento dos profissionais,
1533 além de garantir que o curso siga as normativas educacionais. Ele enfatizou a
1534 necessidade de uma abordagem prática para viabilizar essa implementação, o
1535 que requer um esforço coletivo para transformar essa ideia em realidade. **A**
1536 **Conselheira Joradnia Galdino** trouxe uma reflexão importante sobre a
1537 estruturação das escolas e a implementação de políticas públicas na área
1538 cultural, especialmente para a dança e as artes. Ela destacou a necessidade de
1539 fortalecer a união e colaboração entre os diversos setores e conselhos, como a
1540 falta de um representante da UEA no Conselho, o que tem dificultado a
1541 articulação. Ela também compartilhou uma experiência pessoal, lembrando que,
1542 na sua época, não havia cursos superiores de artes como existem hoje, e que a
1543 formação artística na região tem avançado graças ao esforço de artistas e
1544 profissionais da área. Ela mencionou ainda a importância de garantir que as



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1545 escolas públicas, como as da SEMED e SEDUC, ofereçam cursos de arte e
1546 tenham a estrutura necessária para isso. Também comentou sobre uma
1547 conversa com o prefeito de Manacapuru, que questionou como estruturar uma
1548 escola de arte no município, embora o recurso financeiro já estivesse disponível.
1549 Ela enfatizou que, apesar de existirem leis que garantem a contratação de
1550 profissionais de arte para as escolas, é preciso aplicar essas leis de forma prática
1551 **Bjarne Lima Furtado** fez uma intervenção esclarecendo as diferenças entre os
1552 programas de ensino de arte nas escolas. Ele destacou que as atividades
1553 extracurriculares e os itinerários formativos são dois tipos distintos de ofertas
1554 educacionais. Ele explicou que a Seduc possui uma política para potencializar o
1555 componente arte no currículo escolar, incluindo diversas linguagens artísticas,
1556 como dança, música, teatro e artes visuais. Para que atividades extracurriculares
1557 possam ser implementadas, elas precisam ser registradas no Projeto Político
1558 Pedagógico (PPP) da escola, como o exemplo de um projeto bem-sucedido na
1559 escola Homero de Miranda Leão, onde o professor Fábio oferece aulas de
1560 instrumentos como violino e harpa. Esse projeto foi integrado ao PPP e aprovado
1561 no programa ProEnart (Programa Estadual de Apoio ao Ensino da Arte). Também
1562 diferenciou os itinerários formativos, que são cursos específicos oferecidos no
1563 ensino médio, de acordo com a demanda da comunidade escolar. Ele mencionou
1564 que, caso a escola não tenha profissionais qualificados para ministrar o curso de
1565 dança, o Estado deverá contratar fora da rede pública, e que essa questão
1566 precisa ser discutida, especialmente em relação à fonte de financiamento para
1567 esses profissionais. **A conselheira Jordania Galdino** estava comentando sobre
1568 a importância da verba para os projetos culturais e a construção do plano
1569 estadual, especialmente no contexto do Ministério da Cultura. Ela fez uma
1570 lembrança histórica sobre a criação do Liceu de Artes e Ofícios, que começou
1571 de maneira simples, com aulas de teatro sendo dadas em uma garagem na Major
1572 Gabriel. Ela destacou como o Liceu, desde sua fundação nos anos 1990, se
1573 estruturou ao longo do tempo e agora possui unidades em outros municípios,
1574 como Parintins. Ela também falou sobre a necessidade de se trabalhar a
1575 certificação desses cursos, algo que já foi cobrado anteriormente. Contudo, ela
1576 enfatizou que, para que todos esses projetos se concretizem, é necessário que
1577 o plano estadual seja aprovado primeiro, o que trará os recursos financeiros
1578 necessários para a execução das propostas debatidas, como o apoio à formação
1579 artística e cultural em diversas regiões do estado. **Guto Domingos** destacou a
1580 importância de uma comunicação clara com os prefeitos, especialmente quando
1581 se trata da implementação do CPF e dos recursos destinados à cultura. Ele
1582 comentou que muitos prefeitos, especialmente no interior, ficam receosos
1583 quando ouvem que a sociedade civil estará envolvida no processo de discussão
1584 do orçamento da cultura. Eles temem perder controle sobre as verbas, que são
1585 frequentemente usadas para organizar festas e eventos, algo que é
1586 politicamente sensível nas cidades. Guto mencionou que, para superar essa
1587 resistência, será necessário usar "habilidade política" e convencer os prefeitos



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1588 de que o CPF da cultura não vai retirar recursos dos municípios, mas sim
1589 aumentá-los. A ideia seria mostrar que a gestão do fundo pode trazer mais
1590 recursos e não sobrecarregar os prefeitos, que, na visão dele, não precisarão
1591 "se virar" para criar escolas de arte, por exemplo, mas sim aderir a um sistema
1592 organizado que facilita a distribuição dos recursos. Ele sugeriu que uma
1593 abordagem pedagógica seria fundamental para explicar os benefícios do sistema
1594 aos prefeitos, ajudando a desmistificar o processo e a garantir a adesão deles
1595 ao fundo. **O conselheiro André Durand** seguiu a conversa expressando
1596 concordância com Guto e trazendo questões sobre os desafios enfrentados
1597 pelos artistas de Manaus, especialmente aqueles que estão em situações de
1598 extrema pobreza e não têm acesso à formação necessária. Ele mencionou que
1599 muitos desses artistas não conseguem ingressar em cursos técnicos de arte
1600 devido à falta de exames práticos oferecidos pelo estado e à falta de certificação,
1601 o que dificulta o seu desenvolvimento profissional. Ele também destacou que
1602 muitos prefeitos, especialmente em contextos mais conservadores, resistem a
1603 criar o CPF da cultura, visto que as verbas são associadas a políticas de
1604 esquerda, e preferem devolver o dinheiro em vez de trabalhar com ele. Ainda se
1605 referiu a discussões no colegiado nacional da dança, mencionando que as
1606 escolas de dança precisam de estruturas adequadas, como barras e espelhos,
1607 o que nem sempre acontece. Além disso, ele mencionou o problema de
1608 profissionais formados na área de dança, mas que, na prática, acabam sendo
1609 contratados para ensinar como professores de educação artística em vez de
1610 suas especializações. Por fim, ressaltou a dificuldade que esses profissionais
1611 enfrentam devido a essa falta de reconhecimento e suporte adequado dentro do
1612 sistema educacional. **Guto Domingos** fez uma intervenção para esclarecer um
1613 ponto sobre a prova prática da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) no
1614 contexto da formação em dança. Ele mencionou que, para ele, com formação
1615 em balé clássico, não há dificuldade em lidar com a prova prática. Contudo, ele
1616 observou que a situação é desafiadora para estudantes da periferia que não têm
1617 acesso à escola e à formação adequada nesse campo. Ele argumentou que o
1618 sistema atual é contraditório: a UEA exige um vestibular que inclui uma prova
1619 prática baseada no balé clássico, mas muitos jovens da periferia não têm
1620 conhecimento prévio dessa prática, o que torna o processo excludente. Para
1621 Guto, isso precisa ser reformulado e ordenado, para que os alunos possam ser
1622 adequadamente preparados antes de enfrentarem essas provas práticas. Ele
1623 também sugeriu que essa mudança não depende necessariamente de uma
1624 legislação, mas de uma comunicação mais eficaz que permita ajustar o sistema
1625 de maneira mais inclusiva. **Bjarne Lima Furtado** discutiu a implementação da
1626 Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como ela pode influenciar a
1627 educação, especialmente nas áreas artísticas. Ele destacou que a BNCC,
1628 estabelecida em 2018, visa orientar a formação dos currículos e a infraestrutura
1629 das salas de aula, incluindo equipamentos adequados para o ensino. Embora o
1630 documento ainda esteja em processo de implementação, acredita que ele tem o



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1631 potencial de fortalecer as linguagens artísticas no currículo escolar, contribuindo
1632 para o desenvolvimento integral dos alunos. Além disso, sugeriu que parcerias
1633 com instituições como a outras universidades possam ajudar a criar currículos
1634 específicos para atender às necessidades da formação de professores nas artes,
1635 como dança e outras linguagens. Ele também destacou a importância de utilizar
1636 centros de mídia e outras estruturas para alcançar todos os 62 municípios do
1637 estado, além de garantir que os cursos sejam oferecidos com a infraestrutura
1638 necessária, respeitando as normas específicas. Ele propôs que, por meio de
1639 colaboração e parcerias, seria possível superar as dificuldades atuais e avançar
1640 na implementação da BNCC para as artes. **Rila Arruda** levantou uma questão
1641 importante sobre os "itinerários formativos" no novo ensino médio, mencionando
1642 que esses itinerários foram revogados. Ela expressou preocupação,
1643 especialmente porque, como professora de sociologia no ensino médio, ainda
1644 não se sabe como o sistema educacional será estruturado no próximo ano
1645 (2025). **O conselheiro Bjarne Furtado**, ao responder à questão levantada sobre
1646 os itinerários formativos do ensino médio, comentou que, apesar de esses
1647 itinerários terem sido revogados, eles ainda são um modelo de ensino importante
1648 para o país. Ele destacou que a ideia central do novo modelo era atrair mais
1649 estudantes para o ensino médio, oferecendo opções mais práticas e
1650 diversificadas, como as áreas técnicas. No entanto, ele ressaltou que a
1651 implementação desses itinerários exige um investimento significativo, que nem
1652 sempre os governos estão dispostos a fazer. Furtado também mencionou que
1653 alguns itinerários já estão sendo aplicados em escolas no interior, como parte de
1654 um projeto de vida com unidades curriculares eletivas. Ele enfatizou que, ao
1655 longo dos próximos anos, o governo federal deverá decidir se mantém ou não
1656 esse modelo. A sociedade civil, segundo Furtado, precisa se envolver nesse
1657 debate, especialmente considerando o impacto que as linguagens artísticas
1658 podem ter na geração de empregos e renda. Ele sugeriu que as escolas de
1659 linguagens artísticas deveriam integrar esses itinerários no currículo,
1660 aproveitando a oportunidade para potencializar as ações culturais e educativas
1661 no país. **Rila Arruda** mencionou que a Conferência Nacional de Educação foi
1662 unânime em ser contra o novo modelo de ensino médio, especialmente o novo
1663 ensino médio (reformado), que trouxe os itinerários formativos. Ela apontou que
1664 a revogação desse modelo foi uma decisão que teve amplo apoio, destacando
1665 que a Conferência se manifestou claramente contra essa reforma, o que pode
1666 ter influenciado a posição tomada. **Guto Domingos** traz à tona uma reflexão
1667 importante sobre a formação no campo da dança. Ele destaca que a discussão
1668 sobre a educação e formação no setor da dança não deve se limitar apenas ao
1669 aspecto técnico, mas deve abarcar o processo formativo de forma mais ampla,
1670 envolvendo desde o ensino básico até o ensino superior. Ele propõe uma
1671 reformulação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o objetivo de
1672 adaptar a educação formal à realidade das linguagens artísticas,
1673 especificamente a dança. Além disso, ele sugere que as propostas de reforma



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1674 no currículo, especialmente no ensino técnico e superior, sejam feitas de maneira
1675 colaborativa entre diferentes setores, incluindo o governo estadual, o Ministério
1676 da Cultura, e as setoriais, com foco na elaboração de um currículo novo que seja
1677 mais inclusivo e adequado. A ideia é que, além da formação acadêmica, haja
1678 também a valorização do saber empírico dos mestres da cultura popular, que,
1679 muitas vezes, não têm formação formal, mas são fundamentais para a
1680 transmissão do conhecimento e a formação dos jovens no campo artístico. Esse
1681 olhar para a integração do saber empírico e acadêmico visa garantir uma
1682 educação de qualidade, que respeite e amplifique as práticas culturais locais e
1683 contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes. Guto enfatiza a
1684 necessidade de reformulações nas leis federais, destacando que a dança, como
1685 parte fundamental da educação, já está avançando nesse sentido. Ele menciona
1686 que, no plano nacional de educação, deve constar uma diretriz que aborde esses
1687 aspectos de formação, abrangendo desde a educação básica até o nível
1688 acadêmico. **Dr. Sérgio Cruz** questiona quais são os procedimentos necessários
1689 junto ao Ministério da Educação (MEC). Em resposta, é sugerido que, além da
1690 articulação com o MEC, o próprio governo do estado deve estar envolvido para
1691 que prazos possam ser estabelecidos e as propostas possam, de fato, ser
1692 implementadas. A conversa também aborda a necessidade de consultar Fabian
1693 sobre bolsas ou fomentos para pesquisa e formação. Por fim, são apresentados
1694 pontos relacionados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), levantando a
1695 questão de quais ações seriam necessárias para integrar esses pontos no
1696 contexto educacional e cultural em debate. **Rila Arruda** compartilha que a
1697 FAPEAM possui um edital voltado para museus e centros de ciência, mas com
1698 uma limitação: ele é destinado apenas a doutores que possuem vínculo com
1699 universidades ou centros de pesquisa. Ela menciona que já tentou se inscrever
1700 nesse edital com a sua ex-orientadora da UFAM, mas desistiu, pois, como ela
1701 não tem vínculo institucional, não poderia ser contemplada com a bolsa. Isso
1702 demonstra como o edital pode ser excludente, já que muitos profissionais e
1703 pesquisadores não têm esse vínculo, apesar de terem qualificações relevantes.
1704 Rila sugere que uma ideia interessante seria repensar esse critério de
1705 elegibilidade, tornando o edital mais acessível, e com isso, ampliar o apoio a
1706 centros de ciência e museus, algo que poderia beneficiar ainda mais as
1707 iniciativas culturais e científicas. Ela propõe que essa reflexão seja considerada
1708 para futuros editais e ações. **Guto e Domingos** discutem a falta de acesso a
1709 programas e financiamentos para artistas que não estão vinculados a instituições
1710 acadêmicas ou de pesquisa. Guto observa que, em relação às residências
1711 artísticas, há uma falta de oportunidades para artistas do Amazonas, que
1712 acabam tendo que bancar seus próprios custos, como no caso de uma artista
1713 que foi para Portugal para realizar um projeto, já que não há programas locais
1714 que a suportem. Domingos propõe uma mudança nesse cenário, sugerindo que
1715 a FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas) ou outras
1716 entidades de fomento, como a FAPIAM, criem uma linha de crédito acessível



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1717 para artistas, produtores culturais e estudantes, permitindo que recebam apoio
1718 financeiro sem a necessidade de vínculo com instituições formais. Eles criticam
1719 o que chamam de "dirigismo", ou seja, a imposição de um modelo onde o
1720 indivíduo precisa ser vinculado a uma instituição para acessar essas
1721 oportunidades. A ideia é que a política pública de fomento seja mais flexível e
1722 centrada no indivíduo, considerando sua trajetória e produção artística, em vez
1723 de apenas sua ligação com instituições acadêmicas ou culturais. Eles defendem
1724 que as instituições devem ser vistas como meios de capilarização das políticas
1725 culturais, e não como um filtro para o acesso aos recursos, visando a inclusão
1726 de todos os artistas e produtores culturais com base em seu trabalho e
1727 contribuição para a cultura. **Dr. Sérgio** informou foram discutidos vários pontos
1728 importantes relacionados ao apoio e à formação de profissionais da cultura no
1729 Amazonas. Entre os temas abordados, um dos principais foi a qualificação de
1730 residências artísticas. Foi destacado que, atualmente, há programas de apoio
1731 para artistas fora do estado, mas há dificuldades para apoiar os artistas locais,
1732 como um exemplo de um artista amazonense que teve que financiar uma
1733 residência na Bulgária com seus próprios recursos. A proposta foi criar linhas de
1734 crédito específicas para artistas, produtores culturais e estudantes, permitindo
1735 que essas pessoas não precisem estar vinculadas a instituições para acessar o
1736 apoio, e sem que o Estado precise exercer um papel de dirigismo. A ideia é que
1737 o apoio seja oferecido com base na trajetória e necessidade dos artistas, sem a
1738 exigência de vínculos institucionais formais. Outro ponto importante foi a
1739 discussão sobre a criação de um programa nacional, em parceria com o
1740 Ministério da Educação (MEC), para financiar cursos e atividades culturais nas
1741 escolas. Também foi discutido o apoio a projetos culturais por meio do Fundo
1742 Nacional de Cultura, com o objetivo de valorizar e desenvolver a cultura local. O
1743 apoio à criação de cursos superiores nas áreas de música, teatro e dança nos
1744 municípios também foi citado, bem como a oferta de cursos técnicos e
1745 tecnológicos para capacitar profissionais da área cultural. Além disso, foi
1746 mencionada a necessidade de estabelecer parcerias com instituições de ensino
1747 para capacitação de trabalhadores culturais, incluindo a criação de cursos de
1748 graduação e formação técnica nas áreas artísticas e culturais. A ideia é garantir
1749 que a cultura seja acessível a todos, especialmente nas áreas mais afastadas,
1750 promovendo a democratização do acesso e a participação social. Por fim, foi
1751 discutida a proposta de criar o Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro, com o
1752 objetivo de expandir a formação de profissionais culturais no interior do
1753 Amazonas, seguindo um modelo de interiorização da cultura que vem sendo
1754 trabalhado desde 2013. A proposta foi bem recebida, pois reflete um esforço
1755 contínuo para fortalecer a cultura local e garantir que mais pessoas, em diversas
1756 regiões do estado, tenham acesso a formação e apoio cultural. **O Conselheiro**
1757 **Vanderley Pinheiro** levantou uma questão importante sobre a terminologia
1758 utilizada para descrever profissionais da área cultural. Ele apontou que, devido
1759 a dificuldades de conexão com a internet, não pôde se expressar claramente no



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1760 início, mas, ao retomar, destacou que o termo correto seria "agente cultural" em
1761 vez de "promotor cultural", uma vez que o governo federal tem utilizado
1762 amplamente o termo "agente cultural" nos últimos tempos. Ele fez a distinção,
1763 afirmando que "promotor cultural" não é a mesma coisa que "agente cultural",
1764 sugerindo que a terminologia deveria ser ajustada para refletir as práticas atuais
1765 e a terminologia oficial. **Durante a reunião, diversos pontos foram discutidos,**
1766 entre eles a questão do termo "agente cultural" e a transformação de espaços
1767 culturais em pontos de cultura. refletiram sobre a terminologia, questionando se
1768 ela estava sendo utilizada de maneira adequada, especialmente à luz de
1769 conceitos do SUS, que também adota termos como "agente de saúde". Eles
1770 ponderaram sobre a diferença entre arte como meio e arte como fim, alertando
1771 sobre o uso da arte como uma ferramenta de militância, o que, segundo alguns
1772 participantes, desvia a função principal da arte. Também abordou a necessidade
1773 de capacitação para quem atua no setor cultural, apontando que espaços
1774 culturais deveriam ser transformados em pontos de cultura, com apoio e
1775 formação específicos. A proposta discutida incluía a criação de editais para
1776 fomentar a instalação de pontos de cultura nos municípios, com base em
1777 indicadores como a população e o Índice de Desenvolvimento Cultural (IDC),
1778 que seria utilizado para medir o desenvolvimento cultural de diferentes regiões.
1779 A ideia é que esses pontos de cultura possam atuar como escolas de arte,
1780 oferecendo saberes e práticas culturais para a comunidade, criando espaços
1781 acessíveis e sustentáveis para a população. Além disso, houve um debate sobre
1782 a necessidade de informações técnicas certificadas para os trabalhadores da
1783 cultura, com foco na qualificação e no fortalecimento da área. **Dr. Sérgio Cruz**
1784 levantou a questão da ação técnica necessária para a institucionalização de
1785 escolas de arte e saberes tradicionais nos municípios. Ele sugeriu que isso
1786 poderia ser feito através de duas abordagens principais: legislação e cooperação
1787 técnica. A ideia seria criar uma legislação específica que incentivasse a criação
1788 de escolas ou pontos de cultura, estabelecendo normas e diretrizes para garantir
1789 a implementação e a sustentabilidade dessas iniciativas culturais. Por outro lado,
1790 a cooperação técnica poderia ser usada como uma forma de apoiar a
1791 implementação de pontos de cultura através de parcerias com prefeituras e
1792 outras instituições. Ele mencionou que uma possível forma de operacionalizar
1793 isso seria por meio de editais, que abririam oportunidades para a criação e o
1794 desenvolvimento de projetos culturais em diferentes locais. **Guto Domingos**
1795 disse que a cooperação técnica incluiria discussões metodológicas e práticas
1796 para garantir que a implementação de projetos fosse eficaz e aderente aos
1797 objetivos culturais estabelecidos. **O Conselheiro Vanderley Pinheiro**
1798 compartilhou sua visão sobre a cooperação técnica, destacando que ela pode
1799 ser originada tanto da sociedade civil quanto do poder público. Ele também falou
1800 sobre o reconhecimento dos mestres da cultura, sugerindo que esses mestres,
1801 que muitas vezes têm um conhecimento empírico, devem ser reconhecidos de
1802 forma oficial, talvez através de um título de "mestres da cultura". Esses



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1803 profissionais, segundo ele, podem contribuir com suas habilidades culturais
1804 dentro do processo de capacitação e implementação de pontos de cultura.
1805 Também mencionou que a certificação dos pontos de cultura é responsabilidade
1806 do Ministério da Cultura (MinC), mas que essa certificação obedece a certos
1807 critérios estabelecidos, inclusive na cidade onde ele reside. O conselheiro se
1808 identificou como um dos poucos artistas locais que, por meio de seu coletivo,
1809 está habilitado a atuar como um ponto de cultura, ilustrando sua experiência
1810 prática nesse processo. **Dr. Sergio Cruz, a conselheira Jordania Galdino, Rila**
1811 **Arruda e Guto Domingos** discutiram a importância da criação e fomento de
1812 pontos de cultura, destacando a atuação do Ministério da Cultura para promover
1813 ações que possibilitem a capacitação de jovens em várias atividades culturais e
1814 artísticas, como teatro, dança, pintura e poesia. A ideia seria criar parcerias entre
1815 os setores público e privado para promover cursos e capacitações voltadas para
1816 essas áreas culturais. Também foi mencionada a necessidade de garantir que a
1817 estrutura de apoio cultural do estado seja implantada em todos os municípios,
1818 contribuindo assim para a democratização do acesso à cultura. Um dos desafios
1819 apontados foi a falta de um projeto efetivo do estado para a criação de pontos
1820 de cultura, sendo lembrado que o projeto "Cultura Viva" está atualmente parado,
1821 sem avançar nas propostas de incentivo à cultura nos municípios. **O conselheiro**
1822 **Vanderley Pinheiro** mencionou que o estado já está promovendo pontos de
1823 cultura por meio de editais, com as prefeituras disponibilizando recursos para a
1824 manutenção desses espaços culturais. No entanto, destacou que esses pontos
1825 precisam ser aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC) para receber o
1826 financiamento necessário. Além disso, **Dr. Sérgio Cruz** falou sobre a criação de
1827 pontos de cultura estadual, que atualmente não existem nesse formato, e o nome
1828 do projeto pode ser idêntico ao do MinC, mas a certificação e o reconhecimento
1829 da cultura precisam ser alinhados com as diretrizes estabelecidas pelo
1830 Ministério. **O Conselheiro Vanderley Pinheiro** afirmou que o nome do projeto
1831 de pontos de cultura pode ser idêntico ao usado pelo Ministério da Cultura
1832 (MinC), mas ressaltou que a cultura deve ser reconhecida pelo MinC para que
1833 tenha a devida certificação e legitimação. Ele destacou a importância desse
1834 reconhecimento oficial para garantir o impacto e a legitimidade do projeto. **Guto**
1835 **Domingos** destacou que o **Cultura Viva** tem uma linha de atuação semelhante
1836 ao **Ponto de Cultura**, embora ambos se apresentem de forma distinta. Ele
1837 mencionou que o Cultura Viva é um programa federal que inclui os pontos de
1838 cultura como uma de suas iniciativas. Contudo, ele questionou como o programa
1839 está funcionando atualmente, sugerindo que, mesmo com um nome similar, o
1840 foco e os critérios podem variar dependendo do âmbito (federal ou estadual). A
1841 discussão avançou para a necessidade de **criar referências de formação e**
1842 **capacitação** para artistas e trabalhadores da cultura, com foco em fomentar
1843 ações contínuas de cultura e arte nas comunidades municipais. Guto explicou
1844 que os pontos de cultura não têm como objetivo principal a formação direta, mas
1845 sim o **acesso** à cultura, criando um ambiente propício para o desenvolvimento



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1846 artístico, que por sua vez, pode levar à formação indireta ao atrair e inspirar a
1847 comunidade. Ele também comentou a importância de **catalogar e registrar** o
1848 trabalho cultural, referindo-se ao processo de preservação do patrimônio cultural
1849 e da memória, essencial para o desenvolvimento da arte e cultura local. **Dr.**
1850 **Sérgio Cruz** disse que há uma clarificação sobre o foco do debate, indicando
1851 que o **ponto de cultura** não seria o principal objetivo nesse momento. O foco
1852 está na **disseminação do conhecimento**, e para isso, seria necessário **criar**
1853 **pontos de referência** voltados para a **capacitação**. Esses **pontos de**
1854 **referência** visam ser centros de aprendizado e troca, com uma ênfase na
1855 **capacitação** contínua. A ideia é promover a **aglutinação** de saberes, integrar e
1856 fortalecer os conhecimentos culturais nas comunidades. A referência a termos
1857 como **fluência, flexão, acesso e inserção** sugere uma preocupação com a
1858 inclusão e com a **valorização das tradições culturais** dentro de um sistema
1859 mais amplo. Também parece haver uma conexão com práticas do **IPHAN**
1860 (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que podem envolver a
1861 preservação e promoção de saberes tradicionais no contexto mais amplo da
1862 cultura e patrimônio. Essa linha de raciocínio pode se referir a uma ação contínua
1863 de **fortalecimento da identidade cultural** e do **acesso democrático** a recursos
1864 e conhecimento cultural. **O Conselheiro Vanderley Pinheiro** propõe a ideia de
1865 um **ponto de difusão cultural**. **Guto Domingos** citou que tem que criar pontos
1866 de referência, de fusão, capacitação, qualificação para artistas e trabalhadores
1867 da cultura para capacitação, aglutinação, fruição, acesso e difusão de
1868 conhecimentos artísticos e de sabedorias populares. **Dr. Sergio Cruz,**
1869 **conselheira Jordania Galdino, Rila Arruda e Guto Domingos** destacaram a
1870 necessidade de ações concretas para preservar e valorizar as línguas
1871 tradicionais brasileiras, especialmente as línguas indígenas e de comunidades
1872 quilombolas, além de outras expressões culturais que representam a identidade
1873 local. Um dos principais pontos foi a proposta de fomentar a diversidade
1874 linguística, promovendo o ensino e a preservação dessas línguas tradicionais.
1875 Discutiu-se que essas línguas possuem um valor cultural inestimável, pois
1876 carregam saberes ancestrais e modos de vida que se perdem com o passar das
1877 gerações. Foi sugerido a criação de mecanismos para apoiar projetos voltados
1878 para a manutenção dessas línguas, incluindo iniciativas educacionais e culturais
1879 que permitam às novas gerações acesso a essas tradições linguísticas,
1880 promovendo uma reconexão cultural entre os jovens e suas raízes locais. Outro
1881 ponto discutido foi a criação de um Observatório da Cultura e da Linguagem, que
1882 atuaria como um centro de pesquisa e documentação das expressões culturais,
1883 linguísticas e artísticas do estado, com o objetivo de registrar e estudar essas
1884 práticas culturais e linguísticas em risco de desaparecimento. Foi sugerida a
1885 criação de um observatório específico para as línguas indígenas e quilombolas,
1886 com a função de acompanhar e documentar as práticas linguísticas em
1887 comunidades que preservam essas línguas. Este Observatório também poderia
1888 atuar como um centro para capacitação e treinamento, reunindo esforços para a



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1889 preservação cultural do estado. Ressaltaram a importância de registrar danças,
1890 músicas e outras manifestações culturais originárias que correm o risco de
1891 desaparecer. Alguns membros enfatizaram que é essencial dar atenção
1892 semelhante às línguas: assim como as danças, elas também são um patrimônio
1893 cultural que necessita de apoio e visibilidade. Esse resgate cultural deve
1894 abranger todas as formas de expressão, para que futuras gerações possam
1895 conhecer e valorizar a riqueza cultural de sua própria região. Para isso, foram
1896 sugeridos projetos de pesquisa e documentação que possam ser integrados ao
1897 observatório. Na questão das línguas tradicionais, foi proposta uma colaboração
1898 entre o conselho e as setoriais indígenas e quilombolas para realizar ações
1899 culturais. Além do apoio institucional, foi considerada necessária a criação de
1900 políticas públicas que valorizem essas línguas como patrimônios culturais
1901 oficiais. Essa parceria ajudaria a criar uma base de dados mais ampla e
1902 detalhada sobre as línguas e práticas culturais dessas comunidades,
1903 promovendo uma integração que valorize suas tradições e possibilite seu ensino.
1904 Ao final da reunião, o conselho revisou a necessidade de definir metas e prazos
1905 para a execução dos projetos discutidos. Foi decidido que essas metas serão
1906 criadas e refinadas em um próximo encontro, para garantir que os pontos
1907 debatidos sejam implementados com o suporte técnico necessário. Sugeriram
1908 ajustar o formato das reuniões para permitir que todos possam participar,
1909 especialmente aqueles com compromissos durante o horário comercial. A
1910 proposta é realizar sessões tanto pela manhã quanto à tarde, para oferecer mais
1911 flexibilidade aos membros que conciliam outras atividades com os trabalhos do
1912 conselho. **Dr. Sérgio Cruz** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada
1913 esta 2ª reunião.

DR. SÉRGIO CRUZ

Mediador– 2ª Reunião da Comissão do PEC - II Etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTE:

De Forma Presencial:

1. Roberto Sá Gomes- Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas- ALEAM
2. Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da Cadeira de Teatro;

De Forma Remota:

3. Bjarne Lima Furtado – Titular Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

4. Marly Nascimento Nogueira – Suplente da Cadeira de Folclore E Carnaval;
5. Marcos André Durand Pereira – Titular Representante da Cadeira de Dança;
6. Alvaro Serrão Monteiro – Titular representante da Cadeira de literatura;
7. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais E Novas Mídias;
8. Jady Batista De Castro – Suplente da Cadeira de Dança;
9. Rosy Cleia Da Silva Seixas – Titular Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
10. Vanderley Pinheiro – Titular Representante da Cadeira de Circo;
11. Marcos André Durand Pereira – Titular Representante da Cadeira de Dança;
12. Pedro Secatti Cacheado – Titular Representante da Cadeira de Audiovisual;

CONVIDADOS:

De Forma Presencial:

13. Rila Arruda da Costa – Delegada Titular do Amazonas;
14. Augusto Domingos dos Santos da Silva – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;

De Forma Remota:

15. Junior Viana - Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
16. Marcelo Campos Lucena Dias – Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
17. Marilane Pacheco Rebello Freitas – Delegada Estadual de Cultura do Amazonas;
18. Glícia Caroline Rocha Cáuper – Delegada Estadual de Cultura do Amazonas;
19. João Gustavo Kienen - Delegado Estadual de Cultura do Amazonas;
20. Ananda Guimarães Barbosa - Delegada Estadual de Cultura do Amazonas;
21. Karollen Lima – Delegada Estadual de Cultura do Amazonas;

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

22. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva - Assessora jurídica – SEC;

EQUIPE DE APOIO DO CONEC:

Elaboração da Ata:

23. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

Transcrição:



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

24. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;

25. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;

Equipe de Apoio Jurídico e Administrativo:

26. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;

27. Symone Juliana Ribeiro Farias – Técnica Administrativa;

28. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

29. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.